

RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2004/2006 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

APRESENTAÇÃO

A auto-avaliação tem sido defendida na Universidade Federal do Espírito Santo como um procedimento imprescindível de auto consciência e de compromisso com o planejamento para a melhoria da qualidade, democratização e transparência da função estatutária e social da Universidade.

O presente relatório integra o Processo de Avaliação Institucional, um dos instrumentos centrais do Novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e foi elaborado com base nos pressupostos do Roteiro de Auto Avaliação Institucional – Orientações Gerais – INEP, 2004.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA –, responsável pela condução e articulação do processo de avaliação interna, apresenta, neste relatório, a primeira representação da auto-avaliação institucional ampliada, fruto de um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses.

Nesta linha, coube a Comissão Executiva de Auto-Avaliação a consolidação final dos relatórios setoriais, produzidos a partir de questões propostas as Pró-Reitorias, Centros, Assessorias, Órgãos, Corpo Discente e Representações do Corpo Docente e Técnico-Administrativo da UFES, considerando suas análises qualitativas e quantitativas bem como o diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades.

Esta primeira iniciativa de tornar a auto-avaliação um procedimento regular, contínuo e permanente produziu, agora, um novo desafio: integrar os resultados obtidos na auto-avaliação como vetores fundamentais nas diversas esferas de atuação e processos decisórios de gestão da UFES, contribuindo para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e administrativo e, sobretudo, para o planejamento da gestão de nossa Instituição.

Comissão Própria de Auto Avaliação da UFES

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da avaliação institucional da UFES, planejada para o período 2004 – 2006, porém, em relação a algumas dimensões de análise, a avaliação foi realizada utilizando-se dados do ano de 2005. Como assinalado no Projeto de Auto Avaliação Institucional, remetido para o INEP, esta ação avaliativa não foi proposta apenas para cumprir uma exigência legal, em função do SINAES, sua trajetória foi marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões que têm contribuído para conduzir ao autoconhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão universitária.

Desse modo, os objetivos definidos no plano de auto-avaliação da UFES constituem propósitos de um amplo projeto de avaliação institucional, envolvendo:

- 1- Contribuir para o debate em torno da reforma da educação superior brasileira;
- 2- Produzir dados e informações que subsidiem a análise das dimensões que se constituem no objeto de processo de avaliação;
- 3- Construir uma metodologia de avaliação que permita aos diferentes órgãos em níveis da administração universitária desenvolver, de forma sistemática e contínua, projetos de auto-avaliação;
- 4- Desenvolver ações que contribuam para o fortalecimento, na universidade, da cultura de avaliação institucional;
- 5- Sistematizar os resultados da auto-avaliação de modo que possam ser considerados no processo de planejamento e gestão institucional;
- 6- Formar quadros para a institucionalização do processo de avaliação que se pretende na UFES como regular, contínuo e permanente;
- 7- Oferecer à comunidade universitária, subsídios para a dinâmica do processo de reflexão e transformação de seu próprio projeto acadêmico – institucional.

Entre 2004 e 2005 o universo da comunidade universitária apresentava-se com a seguinte composição: 12.483 estudantes de graduação (sistema presencial), 7.000 nos cursos de graduação a distância, 1.673 estudantes de pós-graduação (*cursos stritu sensu e lato sensu*), 938 docentes integrantes do quadro permanente, 233

professores temporários e 2.170 servidores técnico-administrativos. Nesse mesmo período, a UFES oferecia 117 cursos, dos quais 5 de doutorado, 19 de mestrado, 27 de especialização, 15 de residências médicas e 51 de graduação, além dos cursos semipresenciais oferecidos pelo Núcleo de Educação Aberto e a Distância. Em 2006 foram criados mais 9 cursos de graduação constituindo o Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES – perfazendo, portanto, 60 cursos. Além disso, foram abertos 1 curso de doutorado e 3 de mestrado.

A Auto-avaliação considerou esse quadro, propondo uma metodologia que permitisse o seu balizamento a partir dos seguintes princípios: totalidade, legitimidade política e técnica, igualdade, cumulatividade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, articulação, dialogicidade e racionalidade.

Com base na documentação disponibilizada pelo SINAES/CONAES/INEP e considerando as especificidades, características e objetivos da UFES, adotou-se como forma de distribuição de atividades do processo avaliativo, em consonância com a Lei 10.861/04, que institue o SINAES e a Resolução 14/04 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão que normatiza a estrutura e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFES), a formação das Comissões Próprias de Avaliação dos Cursos (CPAC's), constituídas de professores, alunos, funcionários e membros da comunidade.

Assim, a CPA/UFES, em sintonia com as Pró-Reitorias, sobretudo, com a câmara de coordenadores de cursos da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), entendeu ser fundamental naquele período, que as Comissões Próprias de Avaliações dos Cursos (CPAC's) enfatizassem a elaboração e/ou a atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos como forma de subsidiar as temáticas correspondentes às dimensões de auto-avaliação definidas no Documento Diretrizes para Avaliação das Instituições de Ensino Superior – SINAES/CONAES/INEP.

A medida em que o processo avaliativo se desenvolvia, a formatação inicial da própria CPA/UFES e das CPAC's modificou-se, em muitos casos, seja em função dos encargos de professores, servidores e alunos ou da própria dinâmica dos trabalhos acadêmicos administrativos ou da inadequação/desmotivação dos componentes.

Instada a responder ao desafio que estava posto, a coordenação da CPA/UFES deliberou solicitar junto a Coordenação do Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação a indicação de pesquisadores da Área, com formação profissional e/ou acadêmica compatível com as temáticas abordadas e a experiência em avaliação.

Nesse sentido, o relatório de auto-avaliação da UFES (2004-2006), pautada na lei 10.861/2004, envolveu 10 dimensões de análise:

- 1- A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- 2- A política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação e extensão;
- 3- A responsabilidade social da instituição;
- 4- A comunicação com a sociedade;
- 5- As políticas de pessoal;
- 6- Organização e gestão da instituição;
- 7- Infra-estrutura física;
- 8- Planejamento de avaliação;
- 9- Políticas de atendimentos aos estudantes egressos;
- 10- Sustentabilidade financeira.

De forma geral, a avaliação institucional adotou como metodologia uma perspectiva quantitativa e qualitativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, por meio dos seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevista semi-estruturada, análise documental e questionários.

O relatório de avaliação institucional que apresentamos está organizado em três partes principais: a primeira resgata o processo histórico da UFES e seu perfil atual;

a segunda discute as concepções e a metodologia que orientam a operacionalização do processo de avaliação institucional; a terceira analisa a estrutura e funcionamento do ensino, pós-graduação, extensão e os processos administrativos e de gestão no interior das dez dimensões de análise do processo de auto-avaliação proposto pelo INEP/MEC.

2. PROCESSO HISTÓRICO DA UFES

A história da UFES origina-se a partir das Escolas e Institutos Isolados de Ensino Superior, criados e encampados pelo Estado ao longo das décadas de 1950 e 1960, em paralelo ao processo de desenvolvimento industrial e urbano, que já se consolidava em algumas regiões brasileiras e se iniciava no Espírito Santo.

A relevância dos níveis científico e cultural alcançados por aquelas instituições nas mais variadas áreas de conhecimento, ensejaram, em 1954, a criação de uma Universidade que consolidava a presença e a atuação das Escolas e Institutos. Esta Universidade possibilitava a reunião numa ação conjunta que aproveitasse ao máximo suas potencialidades e permitisse a preservação das características particulares de cada uma delas. Assim, a partir da criação da Universidade do Estado do Espírito Santo, os Institutos Isolados, Escolas e Faculdades formaram partes de um sistema e contaram com órgãos complementares para melhor desenvolver a sua ação.

Foram considerados institutos universitários: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Medicina, a Faculdade de Odontologia, a Escola de Química Industrial e Farmácia, a Escola Politécnica, a Escola de Música e a Escola de Belas Artes. Nessa linha, foram considerados institutos complementares: a Santa Casa de Misericórdia, a Biblioteca Estadual, a escola de Educação Física, o Museu Capixaba, a Escola de Auxiliares de Enfermagem, o Instituto de Tecnologia, o Hospital das Clínicas e o Horto Florestal.

Concomitantemente, no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, visando atender a expansão do desenvolvimento econômico, industrial e urbano da região sudeste, as lideranças políticas e intelectuais do Espírito Santo, comprometidas com uma Universidade que não se “limitasse a ser uma simples transmissora de cultura, mas se voltasse também para a produção de conhecimento, mediante a pesquisa, e para a prestação de serviços em perfeita sintonia com a sua comunidade” (BORG, 1995), mobilizaram esforços para a integração da Universidade ao Sistema Federal de Ensino.

A federalização da Universidade do Espírito Santo, ocorrida em 30 de janeiro de 1961, constituiu um dos últimos atos praticados pelo presidente Juscelino Kubistchek e se inscreveu no interior de uma conjuntura histórica de ebulição das idéias e transformações no cenário político brasileiro. Foi nesse contexto dinâmico, rico, contraditório e produtivo dos últimos 50 anos que a UFES se consolidou, se expandiu e se interiorizou.

Se no início sua estrutura *multicampi* se mostrou onerosa, dificultando a formação de identidade própria, com o passar do tempo, a distribuição geográfica das Unidades Universitárias (situadas na grande Vitória, em Alegre, ao sul, bem como o pólo universitário de São Mateus, ao norte) assumiu aspecto positivo, com postura inovadora e estimulante das relações entre universidade e sociedade. Envolvendo-se no processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural de todo o estado do Espírito Santo, exercendo, ainda, sensível influência em várias regiões e sub-regiões dos estados vizinhos. Com a consolidação, expansão e interiorização da UFES, concretizou-se um resgate singular das potencialidades de um Estado que historicamente apresentava dificuldades de se inserir na agenda das prioridades estratégicas da região sudeste.

Inscrita entre as melhores universidades federais do país, a UFES, ratificando a utopia dos seus fundadores, está comprometida com a geração, preservação e construção do saber em todos os seus aspectos: no campo das artes, das ciências, das humanidades e da tecnologia. Oferece ensino público, gratuito e de qualidade, criando pólos de pesquisa, prestando serviços e sustentando por meio de parcerias, com os poderes estaduais, municipais, empresas públicas e privadas, o desenvolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade capixaba.

A UFES encontra-se, na atualidade, presente em três cidades, distribuídas em 4 campi, dois em Vitória (Goiabeiras e Maruípe), um em Alegre e outro em São Mateus – onde são oferecidos os cursos no processo de interiorização – e um Núcleo de

Ensino a Distância (NEAD), com sede no campus de Vitória, que oferece cursos de graduação semipresencial e de extensão a mais de seis mil alunos, em vários municípios do Estado do Espírito Santo. Os Centros Administrativos são em número de 10, englobando 60 unidades de ensino ou Departamentos, sendo oferecidos cerca de 130 cursos dispostos em graduação e pós-graduação.

Convém registrar que a UFES, como única Universidade Federal do Espírito Santo, vem cada vez mais procurando integrar-se à comunidade, oferecendo ensino gratuito e de excelente qualidade, servindo assim de incentivo e infra-estrutura intelectual, ao longo de cinco décadas, para a formação de dirigentes, líderes e profissionais de alto nível que cada vez mais se destacam na condução dos processos sócio-econômicos e políticos do estado.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA UFES

2.1.1. Atribuições e Missão da UFES

Fundada em 5 de maio de 1954, e incluída no sistema federal de ensino pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, a UFES é uma Instituição Federal de ensino superior, pesquisa, extensão, de natureza autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, exercido na forma da lei.

No exercício de sua autonomia são asseguradas à Universidade, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

- I. criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, observadas as normas gerais pertinentes;
- II. fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

- III. estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- IV. fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- V. reformar seu Estatuto e seu Regimento Geral em consonância com as normas gerais atinentes;
- VI. conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VII. firmar contratos, acordos e convênios;
- VIII. aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
- IX. administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista da legislação;
- X. receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultantes de convênios com entidades públicas e privadas.
- XI. Registrar diplomas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Espírito Santo

A UFES tem como missão:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e para colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas de ordem científica e tecnológica geradas na instituição.

A Universidade organizou-se com observância dos seguintes princípios:

- I. unidade de patrimônio e administração;
- II. estrutura orgânica com base em departamentos reunidos em unidades coordenadas setorialmente;
- III. unidade das funções de ensino, pesquisa e extensão;
- IV. racionalidade de organização, com plena utilização de recursos materiais e humanos;
- V. universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em função de ulteriores aplicações, e de áreas técnico-profissionais;
- VI. flexibilidade de métodos e critérios, considerando as diferenças individuais dos alunos, as peculiaridades regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisas.

Para observância dos princípios estabelecidos foram fixadas as seguintes normas:

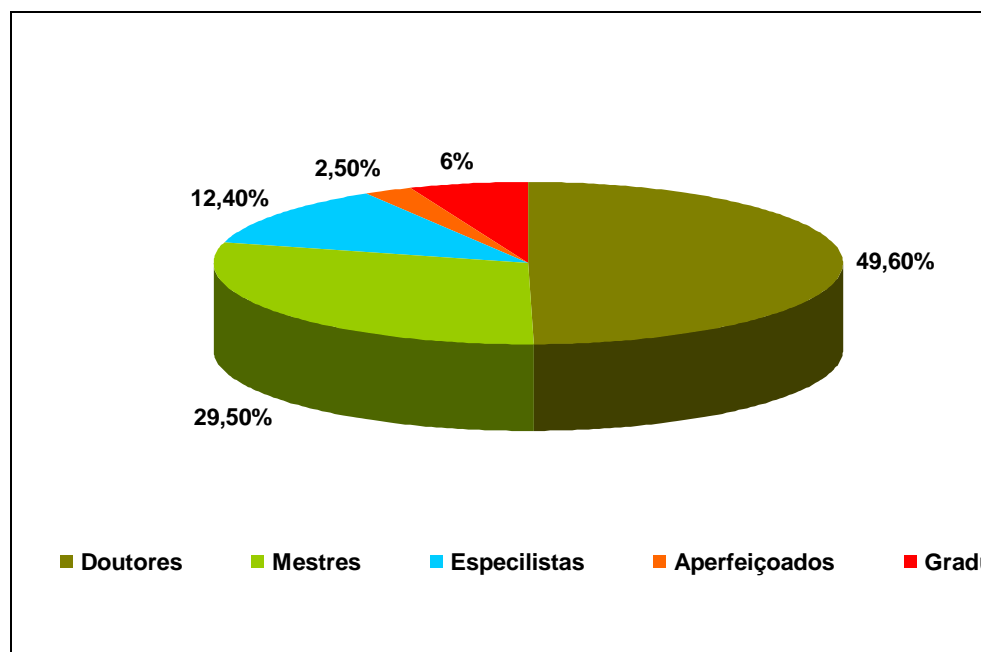
- I. As unidades reunidas como departamentos foram definidas como órgãos administrativos, simultaneamente de ensino, pesquisa e extensão, nos respectivos campos de estudo;

- II. O ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvem-se mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada curso, programa ou projeto;
- III. A Universidade, além das unidades referidas, poderá ter órgãos suplementares e núcleos de natureza científica, técnica, cultural, recreativa e de integração e atendimento às comunidades universitária e externa.

2.2 PERFIL ATUAL DA UFES

A UFES conta hoje com um corpo docente constituído por 1.122 professores integrantes do quadro permanente, sendo 49,6% de doutores, 29,5% mestres, 12,4% especialistas, 2,5% aperfeiçoados e apenas 6% graduados, conforme Gráfico 1. Além destes docentes a UFES dispõe de 219 professores substitutos e visitantes.

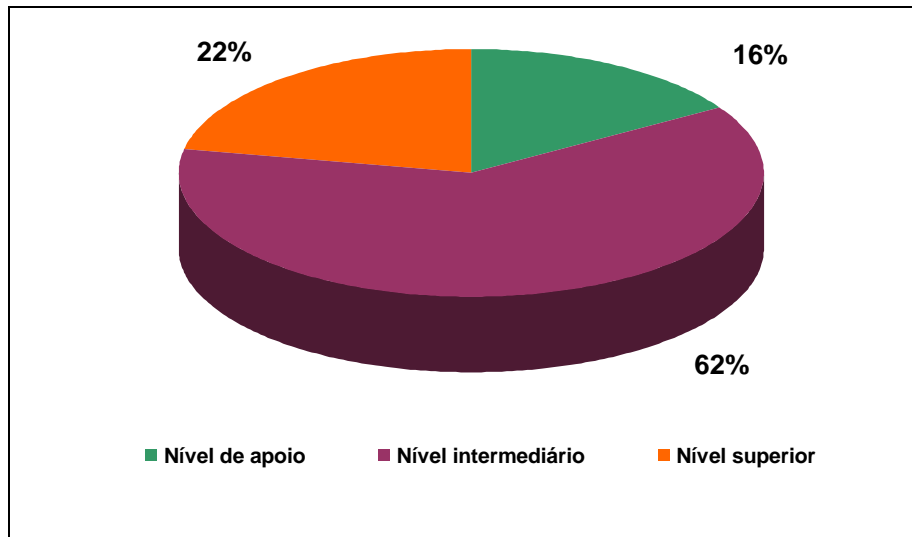
Gráfico 1 – Corpo docente



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Com relação aos técnicos administrativos são 2170 servidores, sendo 16% em nível de apoio (ensino fundamental completo), 62% em nível intermediário (ensino médio completo) e 22% em nível superior.

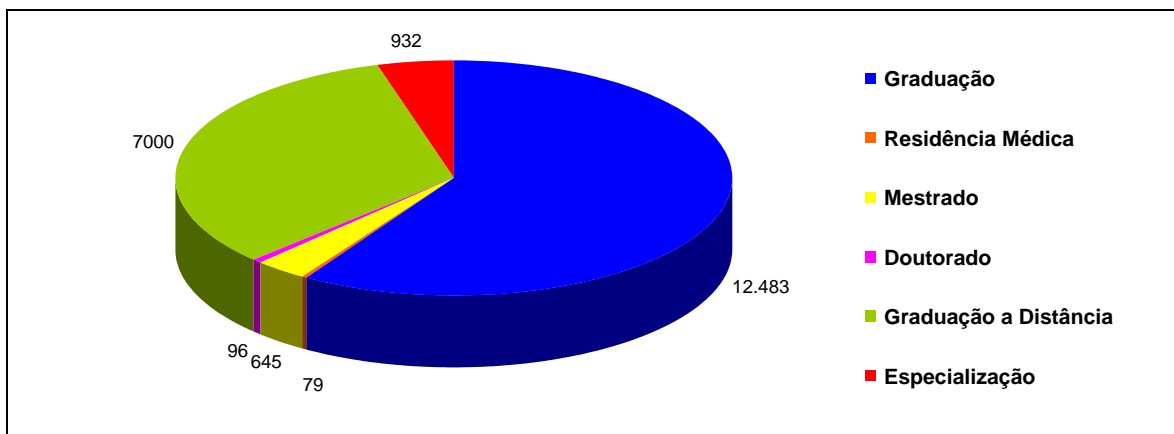
Gráfico 2 – Corpo técnico-administrativo



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

O corpo discente é constituído por 14.235 estudantes, dos quais a média anual é de 12.483 nos cursos de graduação, 932 nos cursos de pós-graduação (especialização), 645 nos cursos de mestrado, 96 nos de doutorado, 79 nos de residência médica, além de 7000 nos cursos de graduação à distância.

Gráfico 3 – Corpo discente graduação/pós-graduação

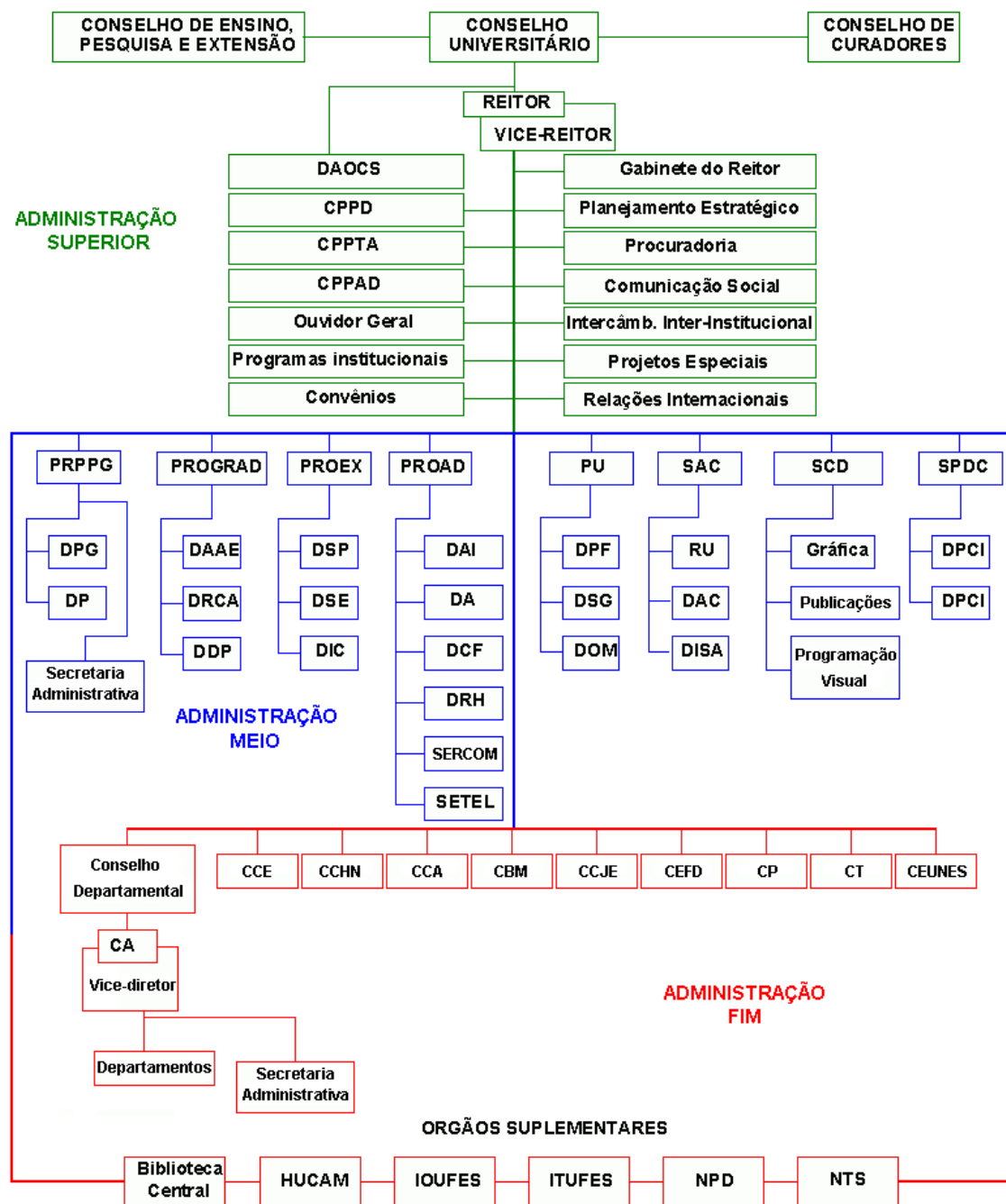


Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Em termos de infra-estrutura para ensino, pesquisa, extensão e administração, a UFES dispõe de bibliotecas central e setoriais com acervo total superior a 200.000

volumes entre títulos e periódicos. Um Hospital de clínicas com registros médios anuais de 155.000 consultas, 350.000 exames e 34 pacientes atendidos por leito. Um Instituto de Odontologia, um Instituto Tecnológico, laboratórios didáticos e de pesquisa nas mais variadas áreas do conhecimento, museu, cinema, teatro e outros recursos disponibilizados à comunidade universitária e a população como extensão.

A UFES, atualmente, encontra-se constituída, conforme o seguinte Organograma:



Como pode ser observado os centros universitários são divididos em dez, sendo eles:

- I. Centro Biomédico;
- II. Centro de Artes;
- III. Centro de Ciências Agrárias;
- IV. Centro de Ciências Exatas;
- V. Centro de Ciências Humanas e Naturais;
- VI. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas;
- VII. Centro de Educação Física e Desportos;
- VIII. Centro de Educação;
- IX. Centro Universitário Norte do Espírito Santo;
- X. Centro Tecnológico.

As unidades dividem-se em subunidades denominadas departamentos. O Departamento é a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal docente. A UFES conta hoje com 60 departamentos.

As atividades desenvolvidas pela Universidade são complementadas pelos seguintes órgãos suplementares:

- I. Biblioteca Central;
- II. Coordenação de Interiorização;
- III. Hospital Universitário;
- IV. Instituto de Odontologia;
- V. Instituto Tecnológico;
- VI. Núcleo de Assessoria Jurídica e Auditoria Interna;
- VII. Núcleo de Processamento de Dados;
- VIII. Prefeitura Universitária;
- IX. Rádio Universitária.

Além dos órgãos suplementares que dão sustentação as atividades envolvidas pela Universidade, a UFES conta também com a Instituição da Ouvidoria, a primeira criada no Brasil em universidades públicas e que tem como principal finalidade acompanhar a cotidianidade da comunidade acadêmica, recebendo e encaminhando reclamações e sugestões aos órgãos superiores.

3. O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA AVALIAÇÃO

Em conformidade com os princípios e objetivos estabelecidos pela legislação do SINAES/CONAES/INEP, propõe-se “uma avaliação democrática orientada para a auto-gestão” (GREGO, 1999). Assim, o objetivo primordial do processo de auto-avaliação da UFES é a construção de uma consciência institucional visando possibilitar que os resultados obtidos forneçam os subsídios necessários à reflexão e revisão de políticas, programas e projetos que contribuam para os processos de auto-gestão em todas as instâncias.

Lembramos que a decisão de promover o processo de auto-avaliação institucional precisou levar em conta os pressupostos do projeto pedagógico da instituição, respeitando sua missão e inserção regional. Estabelecer um canal de negociação eficaz entre todos os atores envolvidos no processo de melhoria da qualidade do ensino implica um verdadeiro exercício de participação, pautada na transparência valorativa, capaz de proporcionar a arte de colaborar para um ensino, pesquisa e extensão, sintonizados com as demandas dos novos tempos (ANGULO, 2000).

Avaliação, nesse preceito, não é uma atividade isolada e auto-suficiente, mas parte do planejamento de um projeto ou programa, gerando um processo de retro-alimentação, ou seja, criando a possibilidade de retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim desejado. Além de ser essencial para guiar a tomada de decisões durante o processo de planejamento e/ou sua efetivação quanto a continuidade, necessidades de correções ou mesmo ao redesenho ou à interrupção de um determinado projeto ou programa (RAUPP; REICHLE, 2003).

Buscando tornar significativo o processo de Auto-Avaliação Institucional na UFES, partiu-se de grandes questões relativas a cada uma das dimensões a avaliar e atribui-se-lhe três grandes funções: **diagnóstica**, **formativo-reflexiva** e **crítica e transformadora** (GREGO, 1999).

A função **diagnóstica** visa ao autoconhecimento da instituição. Mediada pela CPA, envolveu o processo de definição de indicadores e variáveis pela comunidade e a obtenção, análise e tratamento dos dados em diferentes instâncias da Universidade. Em cada instância, a avaliação se orienta para o conhecimento sistemático do trabalho acadêmico desenvolvido, seu progresso, limitações e deficiências no atendimento aos programas e projetos acadêmico-institucionais.

Concluído o diagnóstico, o processo avaliativo, por implicar julgamento de valor dos fatos e dados diagnosticados, procurou garantir a participação da comunidade e a socialização das informações, assumindo funções **formativa** e **reflexiva**. O envolvimento e sensibilização da comunidade foi estimulado por meio da CPA e das CPACs e apoiado pelos Diretores de Centro, Pró-Reitores e Administração Superior.

As análises dessa fase formativa e reflexiva interna serão consubstanciadas em relatórios, elaborados por comissões de sistematização de resultados da avaliação, os quais fornecerão subsídios aos avaliadores externos – no diagnóstico da qualidade de trabalho acadêmico desenvolvido na UFES – e à comunidade interna – na revisão **crítica e transformadora** de políticas, programas e projetos institucionais, incluindo o próprio processo de avaliação.

Nesse preceito, quando se busca dar conta da análise e transformação em programas e projetos institucionais, verifica-se que a avaliação é um processo complexo, não apenas pelas dificuldades instrumentais, mas principalmente pelas questões que suscita, que necessitam de discussão e avaliação. “A avaliação significativa nos obriga a levantar as grandes questões sobre os fundamentais temas da Universidade e nos impele a respondê-las, atribuindo-lhes juízo de valor” (DIAS SOBRINHO, 2000).

Avaliar envolve, especialmente, o processo de autoconhecimento dos sujeitos participantes dessa ação e de conhecimento da realidade e da relação dos sujeitos com essa realidade. Exige a ressignificação dos espaços em que se desenvolvem formalmente os processo de avaliação, transformando-os em lócus educativos para todos os que deles participam.

O objetivo da avaliação foi disponibilizar informações que permitam a tomada de decisões gerenciais e pedagógicas. Portanto, para responder algumas perguntas-chave relacionadas com o ensino, pesquisa, extensão e gestão levou-se em questão os seguintes balizamentos:

*** Totalidade**

A auto-avaliação deve ser sistemática, global, envolvendo processo, contexto e produto, contemplando todas as formas de trabalho da Universidade, respeitadas suas diversidades e complexidades, dimensões e características da vida acadêmica e realizar-se nas diferentes instâncias e setores da instituição. Segundo Dias Sobrinho (2000, p. 63) a avaliação deve ser “radical, no sentido de um questionamento rigoroso e sistemático de todas as atividades da universidade, seus fins e seus meios: ensino, pesquisa e extensão, bem como gestão, infra-estrutura e condições gerais de trabalho”.

*** A Legitimidade política e técnica**

A legitimidade política será alcançada pela efetiva participação de toda a comunidade na construção e desenvolvimento do processo auto-avaliativo e na análise, divulgação, discussão e adoção dos resultados obtidos. A legitimidade técnica requer o uso de metodologias adequadas, de modo a garantir a identificação de categorias e indicadores de natureza quali-quantitativa, bem como o uso de abordagem analítico-interpretativa, capazes de dar significado e transparência às informações coletadas e postas à disposição.

*** Igualdade**

A auto-avaliação deve levar em conta o caráter pedagógico e formativo de toda atividade acadêmica. A qualidade do trabalho acadêmico não deve ser determinada por um único indivíduo ou grupo, nem sequer pelo privilégio conferido a uma determinada função ou atividade. É pela ação conjunta dos grupos e instâncias deliberativas no exercício das suas funções que a universidade exerce seu papel sócio-educativo.

*** Cumulatividade**

A auto-avaliação e o trabalho acadêmico devem ser entendidos como processo, e como tais, têm uma história, um tempo presente e passado e uma perspectiva para o futuro. O atendimento a esse princípio implica que o trabalho das unidades universitárias no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração devem ser avaliados em sua história de vida e em face das suas próprias circunstâncias e características institucionais. Implica, ainda, que a auto-avaliação deve ter função construtiva e formativa, mas nunca punitiva ou fiscalizadora.

*** Comparabilidade**

Esse conceito é proposto com o intuito de se definirem critérios básicos de análise de dados e de indicadores. Não se trata de gerar homogeneidade, mas de se buscar o consenso sobre o significado e o estabelecimento de determinados pontos de referência e indicadores, necessários para o autoconhecimento da universidade como instituição, respeitando-se as especificidades das áreas e das unidades universitárias.

*** Respeito à identidade institucional**

Esse conceito tem por objetivo buscar, justamente, contemplar, conforme destaca Dias Sobrinho (2000), as características próprias da instituição e visualizá-la no contexto de inúmeras diferenças existentes no país. Nesse caso, partimos da perspectiva, de que as IES são muito diferentes na sua natureza, nas suas pretensões, na sua qualificação, nos seus estágios de desenvolvimento e não há como exigir delas desempenhos incompatíveis com as suas características.

* Dialogicidade

Este princípio estabelece que uma das funções da auto-avaliação é favorecer o debate crítico sobre a qualidade do trabalho acadêmico entre os diferentes grupos e áreas de conhecimento da universidade, nas suas diversas instâncias.

3.1 PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apoiado num processo formativo, comprometido com a memória, história, com o tempo presente e passado e uma perspectiva para o futuro, consolidou a avaliação como um dos instrumentos para a sustentação da qualidade do sistema da educação superior. Os processos avaliativos foram concebidos como subsídios fundamentais para a formulação de diretrizes de políticas públicas e para a gestão das instituições, visando a melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimento, da extensão e da gestão.

Desse modo, o SINAES, ancorado nessa experiência, ratificou a opção pelas funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão como objeto de análise, caracterizando uma orientação para as atividades fins da Universidade, ou seja, para o atendimento de objetivos pelos quais a instituição é pensada em termos de sua contribuição para a sociedade. Entretanto, assumimos, como defende Dias Sobrinho (2000, p. 16)

[...] a pluralidade e não falar em uma significação petrificada, mas num feixe ou numa rede de significações, históricas, ambíguas, contraditórias. Esse é um meio concreto que constrói suas configurações por intermédio das relações de forças sociais e ideológicas em ação. Ou seja, quando se trata de Universidade, é mais adequado o sentido de 'Universidades', o plural como indicador das diferenças e da diversidade das instituições universitárias, entendidas como produção social, portanto, históricas, distintas e cambiantes. A multiplicidade das ciências e a pluralidade das concepções e práticas políticas afastam a possibilidade de se pensar a Universidade como instituição unidirecional ou uma totalidade sem contradições. O cotidiano das Universidades é feito de processos de diferenciação e de convergências.

Como dimensões para o atendimento dos objetivos sociais diversificados e variados da Universidade, essas atividades, ainda que realizadas nos Departamentos e Unidades Universitárias, se articulam em projetos e programas institucionais, que constituem importantes elementos de referência para sua avaliação.

Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, seria paradoxal estabelecer critérios e normas rígidas para a avaliação, o que se deseja é fornecer uma visão global sob uma dupla perspectiva:

- a) o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da UFES, centrada em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais;
- b) os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes e técnico-administrativos.

Com intuito de atingir as metas propostas no processo de avaliação a CPA/UFES deliberou procedimentos avaliativos em quatro níveis distintos de modo a atingir a amplitude das fontes de informação, de acordo com as funções essenciais discriminadas.

Um dos primeiros instrumentos utilizados foi à análise de dados. As primeiras fontes analisadas foram: Estatuto da Universidade; Planejamento Estratégico elaborado pela UFES em 2006; Projeto Político Institucional que se encontra em construção; Projeto de Auto-Avaliação Institucional; SINAES e Relatório de Gestão. Nessas fontes, encontramos uma gama variada de informações, que vão desde as questões estruturais da UFES até as questões de (re)planejamento institucional.

Esses documentos nos possibilitaram contextualizar o universo da UFES, identificar os seus sujeitos, resgatar o processo de construção histórica, seus objetivos e serviram de base para a construção dos roteiros da entrevista e dos questionários.

Realizadas com os Pró-Reitores, Diretores de Centro, Órgãos da Administração/Coordenação e de Unidades Acadêmicas as entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado (em anexo). É importante destacar que foram elaborados roteiros individuais para cada Pró-Reitor, Diretor e Gestor de Órgãos levando em consideração a essencialidade das seguintes referências: Proposta de Projeto de Avaliação Institucional/UFES/INEP (2005); documentos produzidos pelo CONAES/SINAES/INEP e; o regimento de cada Órgão.

Na busca de vislumbrar outros olhares sobre a UFES foram efetuadas entrevistas estruturadas (em anexo) com os discentes e servidores técnico-administrativos. Nesse caso, também realizamos questionários diferentes para cada sujeito/objeto participante da auto-avaliação. A sua aplicação também ocorreu de forma diferenciada. Os discentes responderam o questionário no momento da matrícula 2006/2 via on-line. Essa ação mostrou-se bastante profícuo já que contemplou todos os alunos da Instituição o que possibilitou uma participação significativa. No que se refere aos servidores docentes e técnico-administrativos optamos por aplicar o questionário tomando como amostragem 20% desses sujeitos, o que equivale a uma amostra relevante conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Servidores

	DOCENTES					TÉCNICO-ADMINISTRATIVO		
	EFETIVO MASCULINO	EFETIVO FEMININO	TOTAL	VISITANTE / SUBSTITUTO	TOTAL	EFETIVO MASCULINO	EFETIVO FEMININO	TOTAL
Centro Tecnológico	106	24	130	25	155	32	30	62
Centro de Ciências Agrárias	41	7	48	5	53	60	26	86
Centro de Ciências Humanas e Naturais	88	78	166	41	207	27	37	64
Centro de Ciências da Saúde	146	82	228	44	272	33	51	84
Centro de Ciências Exatas	74	12	86	22	108	24	19	43
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	56	38	94	38	132	8	33	41
Centro de Artes	49	41	90	9	99	16	18	34
Centro de Educação	12	27	39	25	64	16	46	62
Centro de Educação Física e Desportos	19	3	22	10	32	17	13	30
TOTAL	591	312	903	219	1122	233	273	506

UNIDADES DE APOIO	TOTAL DE SERVIDORES
HOSPITAL	1040
SAC (RESTAURANTE)	72
BIBLIOTECA	52
PREFEITURA	90
TOTAL	1254

A análise dos dados foi desenvolvida por meio de no interior do processo de coleta de dados, o que possibilitou a releitura e redefinição das novas linhas de ações. Com base nesses dados efetuamos um diálogo entre as fontes a fim de impedir a unilateralidade do foco sobre o contexto analisado.

As informações e análises qualitativas e quantitativas permitiram construir um perfil institucional sem, contudo, atingir a profundidade desejada em todas as dimensões de análise, o que já era previsto no próprio projeto, no qual define a função diagnóstica enquanto gradualidade como um dos procedimentos estratégicos de ação.

É importante destacar, corroborando com a reflexão de Dias Sobrinho (2000, p. 48), que nossa intenção foi estabelecer uma auto-avaliação institucional “capaz de identificar os pontos fortes e fracos, as possíveis omissões e potencialidades inexploradas, para que se possa, não punir ou premiar, mas dar consequência, corrigindo rumos e buscando iluminar as virtudes necessárias à busca de uma universidade melhor”. Além disso, é preciso instalar na Universidade uma cultura de auto-avaliação, ou seja, um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício de nossas funções. Contudo, a esse objetivo não é tarefa fácil mediante as resistências encontradas nas diferentes instâncias da UFES em participar como sujeito/objeto do processo de auto-avaliação.

Almejamos que essa primeira versão preliminar de avaliação institucional contribua para desenvolver uma nova cultura fundada na ética do reconhecimento da

diversidade, da busca do saber articulado e da compreensão global, enfim de uma pedagogia da integração, que não seja mera negação de conflito, sendo essa a nossa intenção no momento da realização desta auto-avaliação institucional.

4. AVALIAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A UFES tem-se empenhado na construção de projetos político-pedagógicos para seus cursos de graduação, comprometidos com a busca da relevância social e alicerçados na excelência científica e acadêmica. Esse compromisso implica a formação de cidadãos e profissionais competentes, críticos e criativos, capazes de inserção e intervenção positiva na sociedade, tendo por missão o atendimento de sua responsabilidade institucional no processo de desenvolvimento cultural, econômico e social da região e do Estado.

Com vistas a atingir sua missão, “Gerar avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, por meio do ensino [...] produzindo e socializando conhecimentos para formar cidadãos com capacidade de implementar soluções que promovam o desenvolvimento sustentável” (Planejamento estratégico, 2005/2010), a UFES está hoje distribuídas em quatro campi, dois em Vitória (Goiabeiras e Maruípe), um em Alegre e outro em São Mateus – onde são oferecidos os cursos no processo de interiorização – e um Núcleo de Ensino a Distância (NEAD), com sede no campus de Vitória, que oferece cursos de graduação semipresencial e de extensão a mais de seis mil alunos, em vários municípios do estado do Espírito Santo.

A UFES conta com 46 cursos de graduação sendo que atualmente se processa e se consolida uma expansão com a criação de 14 novos cursos a partir da fundação do Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES – e, ampliação do Centro de Ciências Agrárias – CCA (localizado em Alegre/ES).

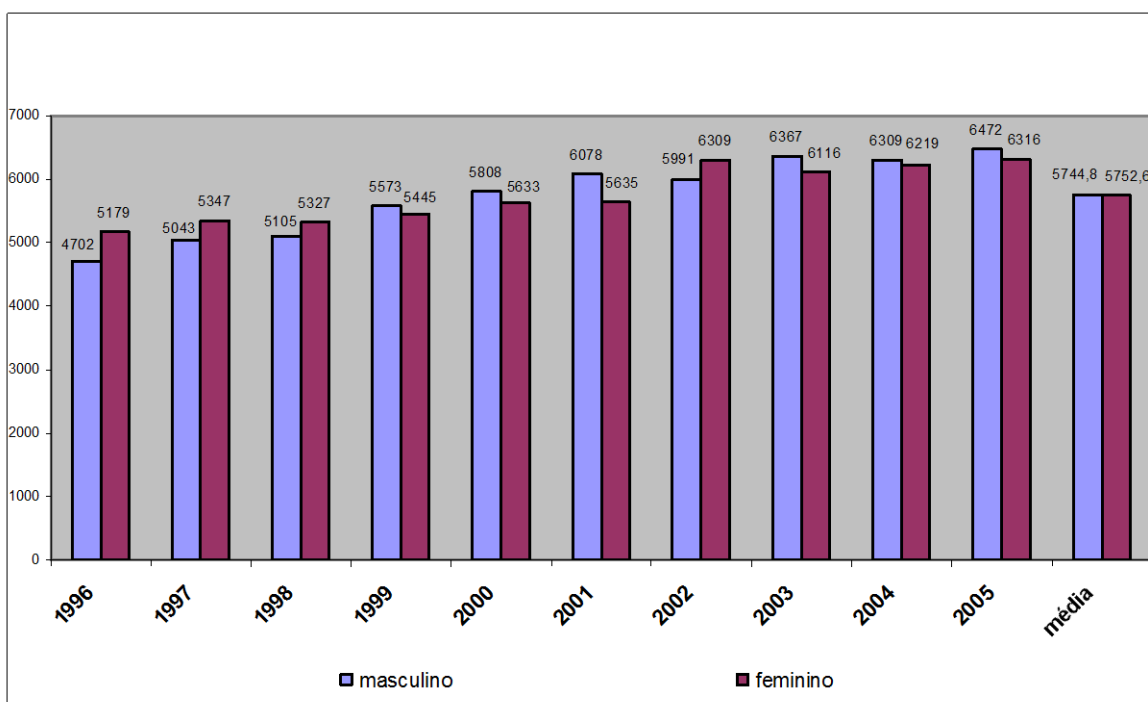
Quanto aos discentes ingressos e egressos, a UFES dispõe, segundo estatística da PROGRAD, conforme está destacado na tabela 2:

Tabela 2

ANO	INGRESSOS	EGRESSOS
2005	22.614	4.837
2006 (primeiro semestre)	13.073	113

Atualmente, nos 60 cursos de graduação são ofertadas 2.805 vagas. Com o processo de interiorização serão oferecidas 225 vagas no CEUNES e 125 no CCA. Na graduação presencial, as matrículas apresentaram um pequeno acréscimo, resultado da implementação e manutenção de medidas de combate à evasão iniciadas em 2002 pela PROGRAD em parceria com os Colegiados de Cursos. Observa-se equilíbrio entre as matrículas do sexo feminino e masculino, conforme Gráfico a seguir.

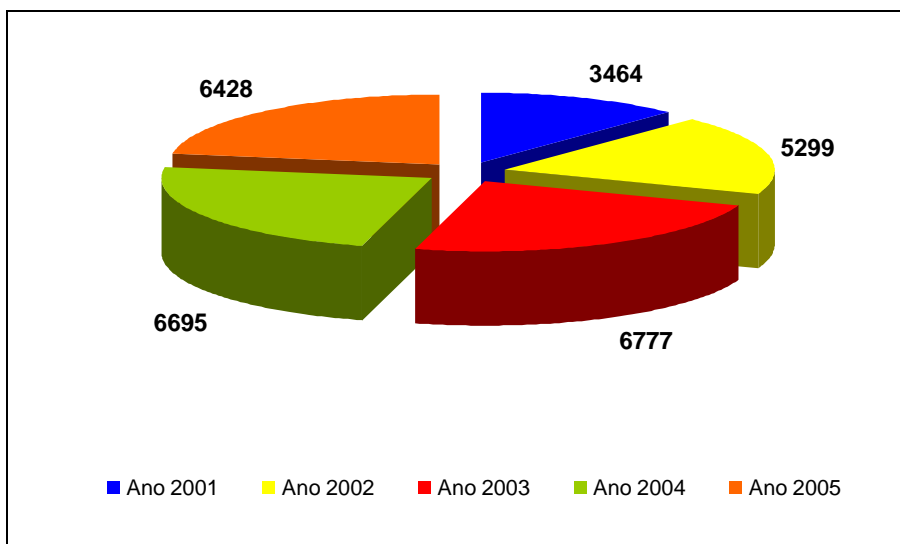
Gráfico 4 - Matrículas nos cursos de graduação por gênero (1996–2005)



Fonte: Pró-Reitoria de Graduação – 2006

A UFES em 2005 apresentou um elevado número de alunos de graduação na modalidade a distância: 6.428 alunos, conforme representado no Gráfico 5. Isso é o resultado de um esforço de parceria com o Governo do Estado e diversas prefeituras municipais, objetivando à qualificação de professores do ensino fundamental e médio.

Gráfico 5 - Matrículas dos alunos do NEAD



Fonte: Relatório de Gestão 2005 – PROPLAN

Por outro lado, no que se refere ao Plano de Expansão e Consolidação da Interiorização Presencial da Universidade cabe ressaltar seus objetivos primeiros:

- ✓ Ampliar o número de matrículas no ensino superior público presencial no Espírito Santo; e
- ✓ Alinhar os propósitos de aumentar as matrículas e de contribuir para a redistribuição inter-regional do desenvolvimento.

Muito embora a UFES tenha política de abertura à diversidade etária a maioria de seus alunos tem idade entre 18 e 24 anos. Essa não é uma especificidade dessa instituição, já que, em 1991, a população universitária no Espírito Santo correspondia a 11.460 pessoas nessa faixa etária, na virada do milênio o total era de 31.220, um aumento de 172,4% obtido em mais de uma década.

Cabe ressaltar o esforço em viabilizar a ampliação do número de alunos nos seus diferentes campi a fim de participar de forma mais efetiva do processo de desenvolvimento social e econômico do estado do Espírito Santo. Prova disso são os crescentes aumentos nos números das matrículas, vagas e cursos oferecidos à sociedade em sintonia com as políticas afirmativas do Estado brasileiro. Nesse sentido, o Plano de Expansão tem importante papel a ser desenvolvido na melhoria dos indicadores de eficiência do ensino superior público.

Um desses esforços é a atualização e construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, comprometidos com a busca da relevância social e alicerçados na excelência científica e acadêmica. Esse compromisso implica a formação de cidadãos e profissionais competentes, críticos e criativos, capazes de inserção e intervenção positiva na sociedade, tendo por missão o atendimento de sua responsabilidade institucional no processo de desenvolvimento da sociedade.

A fim de consolidar um processo regular, contínuo e permanente da cultura de avaliação, os programas e grades curriculares devem ser revistos conforme as necessidades históricas apontadas por cada curso. Essas prioridades podem ser decorrentes de duas vertentes: exigências legais e manifestação da comunidade acadêmica. A sistemática e os critérios orientadores da revisão e atualização dos programas e currículos têm como referência a legislação vigente, em especial as Diretrizes Curriculares Nacionais e as específicas de cada curso. A responsabilidade da iniciativa é de cada colegiado de curso. Ressaltamos a inexistência de pesquisa que aponte para os egressos, no que tange ao atendimento do perfil social, econômico e científico demandado pela sociedade.

Segundo a PROGRAD os novos projetos pedagógicos de curso deverão prever a adoção de procedimentos de avaliação, conforme exigência legal. A UFES tem clareza de que tanto a política de ensino da instituição como um todo, como os projetos político-pedagógicos de cada um de seus 60 cursos necessitam de

acompanhamento e avaliação que forneçam informações relevantes quanto à eficiência e eficácia de suas políticas, programas e projetos.

Coerente com os princípios e orientações teórico-metodológicos de avaliação estimulados por este primeiro relatório, a avaliação do ensino de graduação deverá envolver de forma mais atuante a Pró-Reitoria de Graduação, o Centro de Educação em sintonia com a CPA e CPAC's numa perspectiva de política de avaliação regular, contínua e permanente.

Uma preocupação recorrente da dimensão do ensino de graduação, especificamente no que se refere ao campo didático, é a incorporação de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Isso vem sendo feito por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVAUFES).

Outro ponto relevante é a relação ensino, pesquisa e extensão. Nessa equação a instituição considera essas dimensões como indissociáveis e como pressupostos de uma formação acadêmica comprometida com a criação cultural, o desenvolvimento científico e reflexivo, conforme ratificado em sua missão institucional. No entanto, é importante apontar para a necessidade de pesquisas que visem avaliar, junto aos Centros e Departamentos, as ações desenvolvidas nesse sentido.

Nessa direção, a ênfase à docência deve ser preocupação preponderante, pois como instituição de nível superior de referência, à formação de professores faz-se relevante como essencialidade na busca de sua missão. No entanto não há uma política voltada para a formação continuada de professores em exercício na educação básica. O que existe são algumas iniciativas dentre as quais se destacam o Programa Integrado de Educação Pública e Sociedade (PIEPS) e o Programa Ufes Escola Básica (PUB).

O PIEPS busca integrar a Educação Superior e a Educação Básica; ampliar as ações do PUB; garantir a realização do Seminário Interno das licenciaturas;

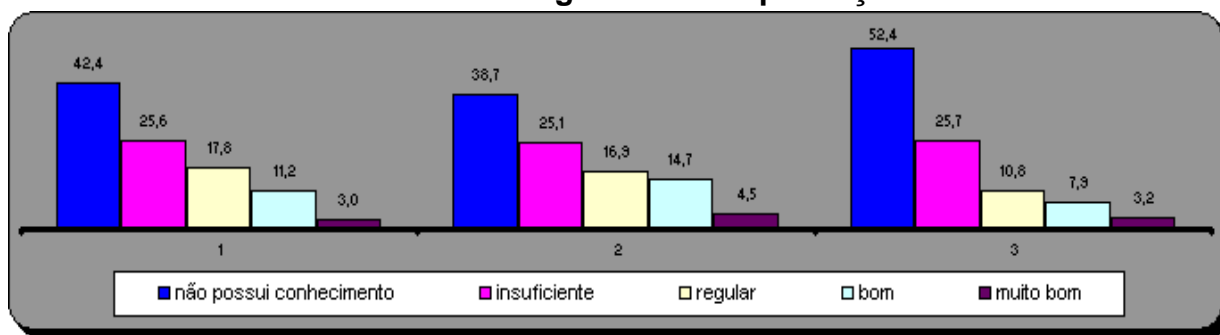
consolidar o Fórum das Licenciaturas; apoiar e estimular a interlocução entre as Licenciaturas oferecidas pela UFES e a Educação Básica, principalmente a ofertada pela rede pública.

Já o PUB tem como objetivo propor e apoiar um conjunto de ações pertinentes à formação e ao exercício profissional dos futuros professores, bem como, a formação permanente dos profissionais da educação em exercício efetivo na rede de ensino da escola básica a partir do fornecimento de bolsas de pesquisa para alunos de graduação em licenciatura com carga horária curricular cumprida igual ou superior a 60% da licenciatura pretendida.

Quanto à formação de docentes para a educação superior, existe a necessidade de construção de uma política definida. Uma possibilidade para concretizar esse objetivo é o estabelecimento de uma sintonia com os programas de Pós-Graduação.

Essa preocupação foi explicitada em entrevista de campo realizada com os docentes e técnico-administrativos que quando perguntados sobre os programas de capacitação em nível de especialização, mestrado e doutorado a maioria dos entrevistados 42%, 38,7% e 52,4% respectivamente, responderam não possuir conhecimento sobre o assunto (ver Gráfico 6). Um dos indicativos a serem considerados para a representação desse percentual deve-se ao fato de não termos dividido os resultados entre docentes e técnico-administrativos, dito de outro modo, os programas de capacitação são destinados, em sua grande maioria, aos docentes.

Gráfico 6 – Programas de capacitação



N°	PERGUNTAS
1	Programas de capacitação em nível de especialização
2	Programas de capacitação em nível de mestrado
3	Programas de capacitação em nível de doutorado

Quanto aos demais resultados encontramos na resposta insuficiente o segundo maior percentual 25%. Nota-se uma similaridade de percentual dessas respostas nas três diferentes perguntas. Nas respostas concernentes as opções regular, bom e muito bom, encontramos uma variabilidade de percentagens. Na primeira questão 17,8% consideram o programa de capacitação em nível de especialização regular. Na segunda pergunta esse número também se apresenta perto da casa dos 17%. No que se refere aos programas de capacitação em nível de doutorado 10,8% consideram como regular.

Quanto à resposta “bom” verificamos um percentual mais positivo de análise nos programas de capacitação em nível de mestrado com 14,7% comparados com os de especialização 11,2% e doutorado 7,9%. Por fim, as respostas referentes à opção “muito bom” indicam um percentual de 3% para a especialização e doutorado e de 4,5% de mestrado. Nesse caso, consideramos que os esforços empreendidos para aumentar o número de cursos de mestrado e doutorado já evidenciam uma preocupação da instituição em qualificar os programas de capacitação. Essas ações podem no processo avaliativo, que se pretende regular e contínuo, indicar uma leitura mais positiva desse quadro.

No tocante ao processo de regulação e avaliação docente as políticas instituídas são tímidas e ineficientes, na medida que ficam sob a responsabilidade dos próprios colegiados de cursos e do departamento de recursos humanos. Em relação ao corpo técnico-administrativo, as políticas de avaliação e treinamento ficam a cargo do Núcleo de Treinamento de Servidores (NTS) que busca atender a essa demanda promovendo cursos de formação profissional.

Há de se destacar ainda, no que tange as potencialidades da PROGRAD, a busca do trabalho em parceria com os colegiados de curso com a finalidade de propiciar e

apontar melhorias a serem consolidadas no ensino de graduação. Dentre as ações em desenvolvimento pode-se destacar: a construção e/ou atualização dos projetos pedagógicos de cursos; a viabilidade do ambiente virtual de aprendizagem; a organização e consolidação do programa de bolsas; a discussão e análise do programa de ingresso na universidade – pontuando a discussão sobre as políticas afirmativas.

5. AVALIAÇÃO DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O ensino de pós-graduação consubstanciou-se na UFES a partir das Resoluções 25/76 e 04/85, por meio de cursos *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento) e, posteriormente, cursos de *stricto sensu* (mestrado e doutorado), voltados para a dimensão acadêmica e visando ao aprofundamento, aprimoramento e atualização de conhecimento e técnica de trabalho, cujo objetivo é, conforme Missão da Universidade Federal do Espírito Santo,

Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

A fim de fomentar a pesquisa e a pós-graduação criou-se a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação que trabalha cadastrando e acompanhando as pesquisas realizadas tanto na graduação como na pós-graduação, de docentes, discentes e do corpo técnico-administrativo. A Pró-Reitoria, possui um Departamento cuja Câmara de Pesquisa é composta de representantes de todos os Centros da Universidade que discutem e definem as políticas de fomento a pesquisa. Além da Câmara existe ainda o Comitê de Iniciação Científica responsável pela avaliação e concessão de bolsas para os alunos de Graduação.

Quanto aos projetos de pesquisa observa-se nesses últimos anos um aumento representativo em todos os Centros, devido, sobretudo, as políticas de incentivo promovidas e/ou financiadas pela Instituição, como podemos ver na Tabela 3.

Tabela 3 – Pesquisas em andamento por Centro Acadêmico (1997-2005)

CENTROS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ciências Agrárias	12	27	21	15	13	15	36	18	34
Artes	9	11	5	6	7	7	12	12	37
Ciências da Saúde	36	55	36	47	45	34	27	23	55
Ciências Exatas	30	40	35	19	39	30	40	37	47
Ciências Jurídicas e Econômicas	16	25	9	18	8	6	18	14	15
Educação Física e Desportos	8	9	4	6	4	1	2	6	6
Ciências Humanas e Naturais	69	87	50	57	49	55	81	66	105
Educação	6	9	7	10	10	6	8	6	7
Tecnológico	64	63	20	41	52	36	51	42	49
Total	250	326	187	219	227	186	275	224	355

Fonte: UFES/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

No que se refere ao número de projetos concluídos, observa-se uma oscilação durante o período analisado com uma pequena redução no ano de 2005, como pode ser visto na Tabela 4. Isso é explicado, em parte, pelo fato de que um número significativo de projetos tem duração de médio e longo prazo. Contudo, sinalizamos a necessidade de incentivo a pesquisa no CEUNES, bem como, a ampliação de esforços no sentido de aumentar e intensificar, nos próximos anos, o número de estudos concluídos.

Tabela 4 – Pesquisas concluídas por Centro (1997 – 2005)

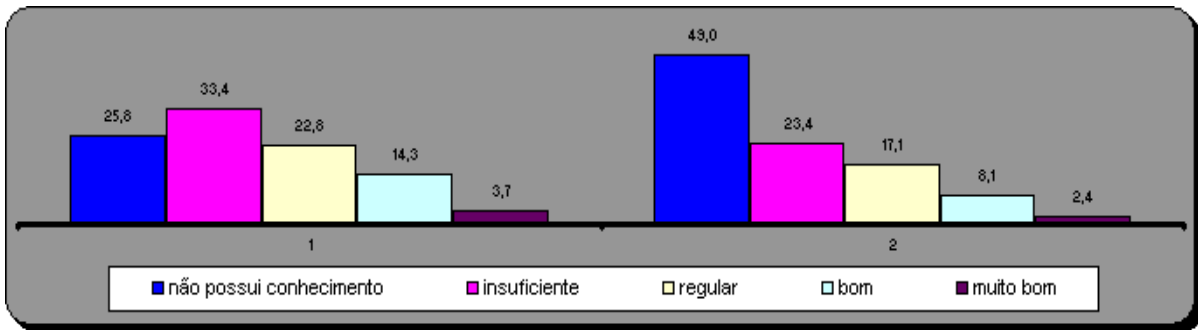
CENTROS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ciências Agrárias	12	7	10	11	1	11	15	29	11
Artes	5	1	2	2	1	3	1	8	9
Ciências da Saúde	35	21	21	11	14	23	18	28	12
Ciências Exatas	26	16	15	10	16	26	21	20	23
Ciências Jurídicas e Econômicas	17	5	5	1	2	5	6	14	13
Educação Física e Desportos	7	3	5	0	2	23	0	1	0
Ciências Humanas e Naturais	64	31	37	16	10	8	22	73	40
Educação	13	4	4	2	5	7	2	9	4
Tecnológico	52	13	27	11	13	1	17	47	20
Total	231	101	126	64	64	107	102	229	132

Fonte: UFES/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Quanto à qualidade dos projetos desenvolvidos, eles podem ser avaliados pelas inúmeras ações de projeção nacional e internacional, viabilizadas por meio dos pesquisadores e de suas publicações. A relevância dessas atividades podem ser traduzidas pelo volume de recursos obtidos junto às agências de fomento. Um outro fator preponderante da qualidade das pesquisas realizadas pela UFES, encontra-se no fortalecimento da pós-graduação lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado). Esses programas e sua conceituação são representativos dos investimentos efetuados, no incentivo a pesquisa tanto na Graduação como na Pós-Graduação.

Quando analisamos a representação das respostas do questionário dos docentes e técnico-administrativo sobre o número de bolsas disponíveis para a comunidade acadêmica, avaliamos que, apesar da ênfase destacada pelo PRPPG e pelo próprio relatório de gestão 2005 da PROPLAN, 33,4% consideram insuficientes o número de bolsas disponibilizadas . Contudo, somando os que consideram, de alguma maneira, as ações realizadas pela Instituição de forma positiva esse número passa para 40,8%, ou seja, 22,8% regular, 14,3% bom e 3,7% muito bom.

Gráfico 7 – Programas institucionais de bolsas



N°	PERGUNTAS
1	Programas institucionais de bolsas destinadas às atividades de pesquisa
2	Programas institucionais de bolsas de iniciação à docência

O gráfico acima nos permite perceber ainda um número significativo de entrevistados que não souberam opinar, o que equivale a 25,8%. Esse número irá aumentar ainda mais na questão referente a programas institucionais de bolsas de iniciação à docência que corresponde a 49% das respostas. Esse fato evidencia a necessidade da instituição divulgar com mais freqüência os programas de bolsas que estão sendo oferecidos à comunidade acadêmica. Dos que souberam responder, observamos que 23,4% referem-se aos programas como insuficientes; 17,1% como regular; 8,1% bom e 2,4% muito bom. Considerando as devidas proporções quando somados as avaliações positivas percebemos que elas equivalem ao número maior de respondentes, ou seja, 27,6%.

Uma das linhas de ações ainda definidas, especificamente pela PRPPG a fim de manter a propriedade intelectual dos trabalhos realizados pela Instituição, bem como, por outras instituições de pesquisa e ensino do Estado do Espírito Santo foi à criação do Núcleo de Inovação Tecnológica. Fundamentado na Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004 nos termos dos art. 218 e 219 da Constituição Federal e com financiamento do Governo Federal via Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e em parceria com outras instituições de fomento e ensino do estado, o Núcleo tem como papel fundamental o apoio as políticas industriais e tecnológicas do Brasil, tendo três eixos fundamentais: a) a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as Universidade e Instituto Tecnológicos e Empresas; b) o

estímulo e a participação de instituições de ciência e tecnologia do processo de inovação; c) incentivo a inovação na empresa.¹

5.1. PÓS-GRADUAÇÃO

A UFES tem concentrado suas ações na implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu* fato este comprovado pela abertura de três cursos de mestrado no ano de 2005 pela CAPES (lingüística, química e matemática). Já em 2006 foram constituídos mais três cursos (artes, educação física e psicologia institucional) constituindo 27 cursos de mestrado (VER Tabela).

TABELA 5 – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO

CENTRO	MESTRADO	CONCEITO CAPES						
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Artes	Artes	-	-	-	-	-	-	3
Ciências Humanas e Naturais	História	-	-	-	3	3	3	3
	Letras – Estudos literários	3	3	3	3	4	4	4
	Lingüística	-	-	-	-	-	3	3
	Biologia Animal	-	3	3	3	3	3	3
	Biologia Vegetal	-	-	-	-	3	3	3
	Produção Vegetal	-	-	-	-	-	3	3
	Psicologia	4	5	5	5	5	5	5
	Psicologia Institucional	-	-	-	-	-	-	3
Ciências da Saúde	Ciências Fisiológicas	5	5	5	5	4	4	4
	Clínica Odontológica	-	-	-	-	-	-	-
	Doenças Infecciosas	3	4	4	4	4	4	4
Ciências Jurídicas e Econômicas	Política Social	-	-	-	-	-	3	3
	Atenção à Saúde Coletiva	-	-	-	-	3	3	3
	Direito Processual	-	-	-	-	-	3	3
	Economia	4	3	3	3	3	3	3
	Administração	-	-	3	3	3	3	3
Educação	Educação	3	4	4	4	4	4	4

¹ As instituições de fomento e ensino do estado são Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES); Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER); Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social (FAPES); Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES); Movimentos Espírito Santo em Ação e; Fundação Espírito Santense (FESPE).

Educação Física	Educação Física	-	-	-	-	-	-	-	4
Tecnológico	Engenharia Ambiental	4	4	4	4	4	4	4	4
	Engenharia Civil	3	3	3	3	3	3	3	3
	Engenharia Elétrica – Automação	5	4	4	4	3	3	3	3
	Engenharia Mecânica	3	3	3	3	3	3	3	3
	Informática	3	3	3	3	3	3	3	3
Ciências Exatas	Física	3	4	4	4	5	5	5	5
	Matemática	-	-	-	-	-	3	3	3
	Química	-	-	-	-	-	3	3	3

Em 2006 foi criado um curso de doutorado em engenharia ambiental, contemplando atualmente 6 doutorados, como destaca a tabela 7.

TABELA 6 – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO

CENTRO	DOUTORADO	CONCEITO CAPES						
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Biomédicas	Ciências Fisiológicas – Fisiologia Cardiovascular	5	5	5	5	4	4	4
Educação	Educação	-	-	-	-	4	4	4
Tecnológico	Engenharia Elétrica-Automação	5	4	4	4	3	3	3
Tecnológico	Engenharia Ambiental	-	-	-	-	-	-	3
Ciências Humanas e Naturais	Psicologia	3	5	5	5	5	5	5
Ciências Exatas	Física	-	-	-	4	5	5	5

Um outro fator relevante do empenho desenvolvido pela UFES, pode ser observado no fato de todos os Centros atualmente oferecerem cursos *stricto sensu*, situação que foi demonstrada na Tabela 3. Com base nessas iniciativas a instituição atende atualmente uma demanda de 110 alunos de doutorado por ano e 850 alunos de mestrado, como destacado na Tabela 8.

Tabela 7 - Matrículas nos cursos de *stricto sensu* (1995 – 2005)

CURSOS	ANO										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
MESTRADO	272	282	316	373	418	524	600	688	645	709	850
DOUTORADO	8	11	25	32	49	71	87	100	96	89	116

Fonte: Relatório de Gestão 2005 - PROPLAN

Desse modo, o aumento do número de alunos matriculados nos programas de mestrado e doutorado associado a avaliação positiva da CAPES fortaleceu o número de defesas que, em 2005, foram 12 teses e 268 dissertações, como traduz a tabela abaixo.

Tabela 8 - Concluintes dos cursos de pós-graduação (1998 – 2005)

ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Doutorado	2	2	3	3	6	14	23	12
Mestrado	60	99	94	117	140	213	228	268
Residência Médica	37	27	28	34	33	33	42	36

Fonte: Relatório de Gestão 2005 – PROPLAN

Esse panorama sinaliza um crescimento ainda maior de defesas para o ano de 2006. Vale ressaltar que a UFES definiu como meta, em seu Planejamento Estratégico, a ampliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em todas as áreas de atuação da Instituição como forma de alavancar o desenvolvimento regional, estadual e nacional e ampliar as contribuições científicas internacionais da universidade objetivando o desenvolvimento sustentável.

A expansão da Pós-Graduação, portanto, e seu fortalecimento tende, conforme entendimento da PRPPG, a qualificar o ensino e a pesquisa em todos os seus segmentos. Nesse caso, os programas de Iniciação Científica desenvolvidos na Graduação tem como papel fundamental estabelecer a ponte entre esses dois segmentos o que, por sua vez, nutre a pesquisa na graduação. Outro fator fundamental é o próprio ambiente criado nos cursos *stricto sensu* por meio das defesas de teses e dissertações com a participação, nas bancas examinadoras, de pesquisadores nacionais e internacionais o que possibilita o intercâmbio e a socialização de conhecimentos e saberes.

Com o intuito de qualificar a pesquisa, a UFES tem intensificado suas ações na criação de políticas de bolsas para docentes e discentes, no sentido de ampliar o seu

número. Para tanto, vem estabelecendo inúmeras parcerias com instituições públicas e privadas, fato esse que pode ser observado na tabela abaixo.

TABELA 9 – Bolsas oferecidas na UFES

BOLSAS	GRADUAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO	
	1998	2005	1998	2005
CAPES	-	-	78	172
CNPq	-	-	23	53
FACITEC	-	-	0	13
PETROBRAS	-	-	0	20
ARACRUZ CELULOSE	-	-	0	3
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	43	276	-	-
PROG. DE INCENTIVO DOCENTE- PID	250	114	-	-
PROG. DE APRIM. DICENTE – PAD	100	127	-	-
GRUPO SESU-MEC	-	36	-	-
GRUPO PET	-	70	-	-
SIE-INFORMATICA	-	7	-	-
MONITORIA PETROBRAS	-	97	-	-
MONITORIA PUB	-	14	-	-
EXTENÇÃO	57	149	-	-
TOTAL	450	890	101	261

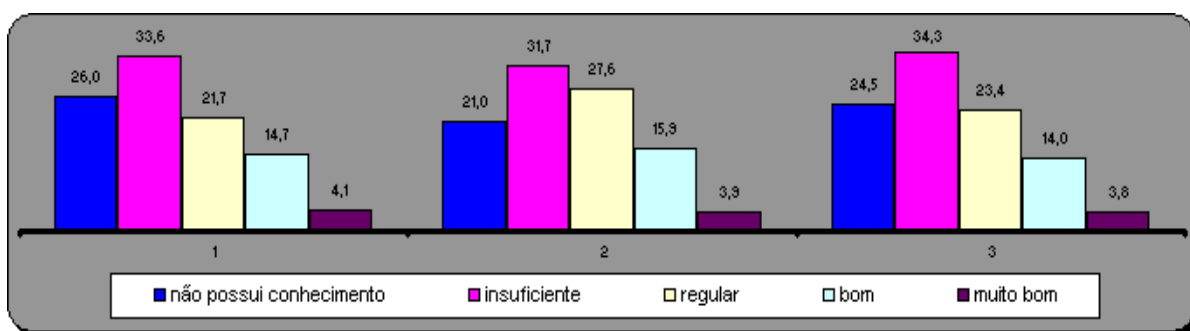
Fonte: UFES/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Observamos nessa tabela uma maior oferta de bolsas para os discentes de graduação que passou de 450 em 1998 para 890 em 2005 e também, de pós-graduação, que passou de 101 em 1998 para 261 em 2005. Isso demonstra que a instituição tem tido como política acadêmica voltada para a formação qualificada, a ampliação do conhecimento, a inserção no mercado de trabalho e no campo da pesquisa. Nesse sentido, em 2005 foi criado o Programa Integrado de Bolsas (PIB). O PIB é regulamentado pelo Conselho Universitário e oferece aos alunos a possibilidade de atuarem como monitores bolsistas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, de participarem de seminários e outros eventos relacionados aos seus cursos.

Muito embora a Ufes tenha enfatizado políticas de bolsa de iniciação científica, de monitoria e incentivo a participação de eventos, percebemos, ao tomarmos como base às respostas dos docentes, técnico-administrativos e discentes, uma

insatisfação de 33,6%, 31,7% e 34,3% respectivamente. Quanto aos que consideram essas ações como regular, bom e muito bom elas também se apresentam de forma similar nas três questões, como está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Programas de incentivo



N°	PERGUNTAS
1	Programas institucionais de bolsas destinadas às atividades de iniciação científica
2	Programas institucionais de bolsas de monitoria
3	Programas de incentivo à participação em eventos, ligados a sua área de trabalho/estudo

Como se observa encontramos ainda um número significativo de entrevistados que não souberam opinar. Nesse caso, o que se percebe é a ausência de sintonia e divulgação sobre o aumento significativo do número de bolsas oferecidas pela Ufes.

Isso posto, este Relatório corrobora com a definição da PRPPG no que tange às linhas de ações para a qualificação da Pesquisa e Pós-Graduação na UFES:

- a) qualificar os conceitos dos programas de mestrado a fim de abrir novos cursos de doutorado;
- b) ampliar os cursos de mestrado;
- c) aumentar no número de parcerias públicas e privadas para financiamento de pesquisas e bolsas;
- d) intensificar as ações para materializar o Núcleo de Inovação Tecnológica.

No tocante especificamente a pós-graduação *lato sensu* a UFES tem oferecido 40 cursos em diferentes áreas de pesquisa distribuídos nos seus centros acadêmicos, atendendo atualmente cerca de 1200 alunos. Segundo dados da PRPPG, o *lato-*

sensu tem assistido as demandas mais urgentes do aperfeiçoamento profissional atuando em diferentes áreas, sintonizado com as necessidades acadêmicas e sociais. A maioria dos cursos oferecidos são pagos e parte desses recursos são destinados à compras de materiais, máquinas, equipamentos e livros para aumento do acervo bibliográfico.

No entanto, há de se registrar outras modalidades de ensino igualmente destinadas a graduados que necessitam, portanto, ser avaliadas enquanto integrantes da pós-graduação *lato sensu*: os cursos de aprimoramento e de residência. Quanto aos cursos de residência médica percebe-se um crescimento gradativo em número de matrículas no período de 1995 a 2005, como pode ser verificado na Tabela 10.

Tabela 10 - Matrículas na Residência Médica (1995 – 2005)

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Matrículas	56	66	67	65	66	65	68	73	79	85	101

Fonte: Relatório de Gestão 2005 – PROPLAN

O aumento gradativo em número de matrículas na residência médica indica o esforço desenvolvido pela UFES no sentido de assegurar condições de funcionamento do Hospital das Clínicas, que tem consolidado sua representação como Hospital – Escola, na busca da melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade do Espírito Santo e de Estados e regiões vizinhas.

6. AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão na UFES foi regulamentada a partir do decreto nº. 63.577/68 baseado na Reforma Universitária do mesmo ano. Assim, foi criada a Coordenação Geral de Extensão para viabilizar e acompanhar a execução dos planos e programas de Extensão. Em 1983, coube a Sub-Reitoria de Extensão modernizar a estrutura da Extensão na instituição, atuando juntamente com a Câmara e com os Conselhos dos Núcleos de Extensão. Só em 1997 é que foi institucionalizada a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), a partir da resolução 54/97 aprovada em 04 de dezembro de 1997 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), devendo estabelecer mecanismos para monitorar, avaliar, reafirmar e/ou reformular concepções e práticas da ação extensionista da UFES.

O Programa de Extensão Universitária estabelece como medidas importantes para o seu fortalecimento:

- a) a criação de espaços para o diálogo, acolhendo a diversidade de saberes e conhecimentos acadêmicos (científico e tecnológico, filosófico e artístico) e saberes e conhecimentos populares;
- b) a dinamização administrativa e acadêmica da PROEX, oferecendo condições para a atualização do corpo técnico-administrativo sobre as competências exigidas para o registro, a divulgação e o acompanhamento das ações de extensão;
- c) a compreensão e incorporação da extensão universitária como atividade curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação na UFES.

Desse modo, esta atividade tem um caráter articulador, de integração entre ensino e pesquisa, contribuindo de forma singular para a formação integral do aluno. As ações de extensão originam objetos de pesquisa, monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, entre outros. O engajamento nessas ações tem propiciado a convivência com uma outra realidade e com diferentes segmentos da sociedade e instituições, contribuindo significativamente para ampliação de horizontes e visões de mundo da comunidade acadêmica.

A respeito da variedade de atividades de extensão desenvolvidas na UFES e de como essas ações movimentam e dão vida à Universidade, conforme destaca Abreu (2005) em dissertação intitulada *A Política de Extensão Universitária na Universidade do Espírito Santo (UFES) no Contexto Neoliberal*:

Presenciamos em vários momentos da vida acadêmica esta mudança nos cenários, dentre as mais marcantes, destacamos algumas: o *vai e vem dos idosos nas quintas-feiras no campus de Goiabeiras anunciando que a Universidade está aberta à 3ª idade*, o *trabalho pioneiro do PAVIVIS no atendimento a vítimas de violência sexual infanto-juvenil (...)*, as *apresentações dos grupos de contadores de histórias no RU*, os *mosaicos do projeto Girassol nas mesas da cantina do CCJE*, as *visitas aos assentamentos do MST*, a *mostra anual de extensão na biblioteca*, a *exposição dos Sem-terrinhas feita pelo EJA*, as *crianças entrando no manguezal da Ufes em pleno dia*, os *jovens extensionistas se organizando em CA's*, a *empolgação dos estudantes de medicina do CEPAS que fogem das convenções desta categoria*, os *professores da rede pública aprendendo/ensinando novas tecnologias para educação inclusiva*, as *comunidades pomeranas se tratando e se prevenindo contra o câncer*, os *diversos fóruns interinstitucionais formados a partir dos núcleos de ensino, pesquisa e extensão* (p. 106-107).

Aproximando Universidade e sociedade, a Extensão vem atendendo às demandas sociais dos diferentes contextos regionais, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico de todo o Espírito Santo. Em menos de seis anos, a UFES desenvolveu 618 ações de extensão nos diferentes Centros e setores acadêmicos. Em 2006, até julho, foram 56.834 beneficiados e 151 alunos com bolsas de extensão.²

A Extensão em todo o país foi reformulada em janeiro de 2006 de acordo com o estabelecido no XX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em maio de 2004, organizando-se a partir de Linhas de Extensão (totalizando 53),³ Áreas Temáticas (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho) e Ações de Extensão (Programa, Projeto, Curso, Evento,

² Dados obtidos em entrevista com a equipe da Pró-Reitoria de Extensão.

³ As linhas de extensão podem ser encontradas especificadas on line no endereço <http://www.renex.org.br>

Prestação de Serviço e Publicações). Foi implantado o Sistema de Informação da Extensão, o SIEX, no intuito de divulgar informações detalhadas sobre a Extensão universitária de todo o país.

Em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, a PROEX adota como concepção de Extensão **“todo processo educativo, cultural e científico articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade”**. Ainda que no Estatuto da Universidade, capítulo IV, artigos 81 a 86, a Extensão apareça como atividade extracurricular, de caráter complementar e de perfil assistencialista, o que se avaliou é que ela deve ser tomada como componente essencial da organização curricular dos cursos, e, para que isso aconteça, as Câmaras de Graduação e Extensão têm promovido Seminários para a discussão de propostas sobre a incorporação da extensão nos projetos político-pedagógicos dos Cursos de Graduação.

Em conformidade com o Plano Nacional de Educação, que prevê a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária, assegurando 10% dos créditos exigidos na graduação para a atuação dos alunos em ações extensionistas, as Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação não têm medido esforços para que haja uma renovação, no que diz respeito à articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

É entendimento da PROEX, a necessidade de trazer para essa discussão todos os atores envolvidos, desde professores e funcionários até a comunidade em geral, para que esta atividade seja pensada e planejada a partir do todo, por meio do diálogo. Entretanto, é preciso fortalecer a comunicação e a articulação entre atores envolvidos com a extensão.

Percebe-se, nesse caso, que as ações são realizadas de forma isolada. A PROEX trabalha atualmente para a superação dessa cultura, através da realização de eventos que favorecem a articulação dos atores envolvidos nos diferentes Centros e

setores. Como exemplo, pode-se citar a realização do “Entre Comunidades”, Mostra de Extensão, que vem sendo realizada desde 2005.

Assim, o fortalecimento do diálogo entre os Centros, os setores e a comunidade externa é dificultado pela falta de profissional capacitado para estabelecer essa conexão. Isso se complica quando se observa a realidade da PROEX que conta atualmente com um número reduzido de funcionários, sendo: 8 professores (incluindo a Pró-Reitora de Extensão), 9 servidores técnico-administrativos, 1 servidora terceirizada e 11 estagiários.

A atual Gestão entende que para o fortalecimento da Extensão, conforme apresentado no Planejamento Estratégico 2005-2010, no qual, destaca a **“ampliação da relação da Universidade com a sociedade, desenvolvendo processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa, voltados à solução de questões locais, regionais e nacionais”** e estabelece como estratégia o **“fortalecimento da extensão na UFES”**, será preciso investir em políticas de recursos humanos, com a realização de concursos públicos para funcionários e professores.

Esse isolamento das ações desenvolvidas nos diferentes Centros e setores da Universidade ocasiona um outro problema: a dificuldade de controle dos dados⁴. Os dados que se tem hoje de ações extensionistas encontram-se dispersos e sem uma organização adequada, por isso são imprecisos e não refletem a realidade. A decisão de implementar uma política de comunicação, que trabalhe para a criação de uma cultura de assunção do sistema informatizado, pela circulação das informações e pela qualificação do cadastro das ações, através de uma sondagem às bases (professores-coordenadores e o projeto Memória Viva da Extensão) vêm contribuindo

⁴ Esse foi o maior problema encontrado para a realização da pesquisa sobre a Extensão na Ufes. Não tendo uma solução para essa questão, optamos por utilizar como fontes de dados, prioritariamente, a dissertação de Mestrado de Maria Elpídio Abreu defendida em dezembro de 2005 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes, além de informações da própria Proex, do site do Siex e do Relatório de Gestão 2005 da Ufes.

para a superação dessa problemática, além de outras medidas que vêm sendo tomadas no intuito de preservar e organizar o conjunto de dados.

Um outro desafio vivenciado atualmente refere-se à grande quantidade de atividades que não são do seu conhecimento. Os professores envolvidos com elas alegam que não conhecem o processo de aprovação na câmara de extensão e que, devido também à burocracia, deixam de comunicá-las. Esses problemas são apontados pela própria equipe da PROEX, que tem trabalhado para a sua superação, como destacamos acima. No entanto, para a efetivação de seus projetos de modernização administrativa, além da reorganização de suas funções acadêmicas, financeiras e de informação é preciso valorizar a Extensão, através de investimento em recursos humanos, materiais e financeiros.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos recursos entre Ensino, Pesquisa e Extensão no que se refere às atividades diretas, sem contar com despesas de pessoal, custeio e manutenção. Essa comparação pretende a não criação de uma dicotomia entre os três níveis, mas alertar para a hierarquização presente na universidade e a possibilidade de, diante da precariedade de recursos, transferência da responsabilidade pela extensão para outros setores.

Tabela 11 - Distribuição das ações de extensão por centro e outros setores

CENTRO / OUTROS SETORES	2000/2001	2002/2003	2005	2006	TOTAL
CCS	37	16	76	23	152
CCHN	19	34	61	12	126
CCJE	13	18	29	05	65
CE	15	12	21	04	52
CCE	11	12	20	04	47
CCA	04	06	23	06	39
CEFD	05	07	18	07	37
CA	05	02	16	02	25
CT	02	07	07	03	19
OUTROS (ITUFES, SPDC, NEAD)	16	02	39	06	63
TOTAL	127	116	303	72	618

Fonte: Abreu (2005) e site do SIEX, acesso em 19/08/2006.

A avaliação das ações de extensão também está sendo redimensionada. Atualmente ela é feita pelo professor e pelo coordenador e sua equipe, ou seja, é uma avaliação local, com base em objetivos específicos, através da perspectiva de apenas um segmento. A PROEX, coerente com a proposta nacional, está buscando a construção de uma forma de avaliação que contemple o mérito social e acadêmico, e que possa abranger a globalidade das ações, o conjunto, o todo.

Para a superação de suas limitações, a equipe da PROEX busca inspiração em universidades, como a UFMG e a UNIRIO, e reforça a participação de funcionários e professores em Fóruns e Congressos regionais e nacionais. Essas conexões internas (dentro do órgão e da própria universidade) e externas (em nível regional e nacional) são de suma importância para ampliação da visão de Extensão e, conseqüentemente, para a melhoria do funcionamento da Pró-Reitoria.

Uma característica própria da Extensão da UFES é que ela se faz presente em todo o Estado, por meio dos cursos de extensão oferecidos pelo Núcleo de Educação à Distância, o NEAD, no Norte, através do CEUNES e no sul, através do CCA, conforme pode ser verificado na Tabela 11 e na Tabela 12. Como exemplos da interiorização das ações extensionistas da UFES destaca-se o Atendimento Dermatológico aos Pomeranos executados por professores do Centro de Ciências da Saúde em onze municípios do interior, o Programa de Agricultura Familiar, parceria com o Banco do Brasil, desenvolvido no município de São José do Calçado, e os projetos da área de educação, como o Pólo Arte na Escola e o Centro de Formação Continuada, desenvolvidos através de parcerias com Secretarias de Educação.

Por outro lado, a Tabela indica que as ações de Extensão tiveram um aumento significativo nesses últimos cinco anos, mesmo diante de todas as dificuldades apontadas.

TABELA 12 – Distribuição das ações de extensão por área temática

ÁREAS	2000/2001	2002/2003	2004	TOTAL
SAÚDE	56	98	41	195
EDUCAÇÃO	41	35	26	102
CULTURA	12	20	12	44
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA	07	06	18	31
MEIO AMBIENTE	02	10	17	29
TECNOLOGIA E PRODUÇÃO	04	19	01	24
COMUNICAÇÃO	01	06	01	08
TRABALHO	01	01	-	02
ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO	-	-	01	01
TOTAL	124	195	117	436

Fonte: Plano Nacional de Extensão em 2005.

O Centro de Ciências da Saúde apresenta, entre 2000 e 2006, 195 ações de extensão e o Centro de Ciências Humanas e Naturais, 102 ações extensionistas, nesse mesmo período. Já o Centro Tecnológico e o Centro de Artes apresentaram apenas 19 e 25 ações, respectivamente. Uma explicação possível seria o número de departamentos, conseqüentemente o número de funcionários, discentes e docentes que possuem os referidos centros. O CCS possui 12 departamentos e o CCHN possui 9 departamentos, constituindo-se os dois maiores centros de ensino da UFES, sendo que o CT e o CA possuem, respectivamente, 7 e 4 departamentos.

Vale destacar que as ações estão relacionadas à prestação de serviços diretos às comunidades, atividades de formação e de assessoria, o que envolve os Centros de Ciências da Saúde, de Ciências Humanas e Naturais, de Ciências Jurídicas e Econômicas e de Educação (ver Tabela 13). A área da Saúde concentra o maior número de ações extensionistas, seguido pela Educação e Cultura. Segundo Abreu (2005, p. 104):

A predominância de atividades na área de saúde, seguida da educação confirma a tendência da prestação de serviços e formação que tem sido o grande elemento da extensão na atualidade. Outro fator que contribui para essa realidade é que na formação da área de

humanas, prevalece o sentido do aprendizado prático em campos de estágio.

É importante salientar a reduzida representatividade das áreas de Tecnologia, Comunicação, Trabalho e Economia nas ações extensionistas da UFES. Para Abreu (2005):

[...] [Essas áreas] têm sofrido grandes impactos e sido norteadas por parâmetros econômicos diretos da produção. Outro dado é que essas áreas têm tido um surpreendente crescimento de produção fora da universidade. O que reforça a tese neoliberal da oferta de serviços pelo mercado, em que a universidade não deve ser concorrente para o atendimento dessas demandas (p. 105).

Diante desse quadro, sinalizamos a necessidade de incentivo à Extensão nos centros e setores onde ela ainda é pouco presente, através de desenvolvimento de programas, projetos, cursos, entre outras ações de extensão. Haja vista que a projeção atual tende a confirmar uma concentração das ações de extensão nos centros que tradicionalmente já o fazem, como destaca a tabela abaixo.

TABELA 13 – Ações de extensão em curso na Universidade

CCS	CCHN	CCA	CCJE	CEFD	CCE	CE	CT	CA	OUTROS (NEAD, ITUFES)	TOTAL
24	11	08	06	05	04	03	02	01	04	68

Fonte: Página do SIEX, acesso em 19/08/2006.

Mesmo diante das limitações apresentadas, salientamos que a Extensão é um *locus* privilegiado, pois permite a articulação entre os saberes acadêmicos e a prática. A cultura de Extensão abre espaço às múltiplas vozes presentes na sociedade e uma interação entre a comunidade acadêmica e seu entorno.

7. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO

A função da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) está definida no Estatuto da UFES e tem como compromisso principal assessorar o reitor nas funções administrativas. Nesse caso, a gestão administrativa visa conciliar o orçamento com a política de recursos humanos em termos do quantitativo de pessoal docente e técnico-administrativo; dos regimes de trabalho docente, orçamento, contratos e convênios, alguns serviços (protocolo e comunicação); e a necessidade de suprir e adequar a infra-estrutura de recursos físicos e materiais, para contínua melhoria da qualidade de suas atividades fins.

As políticas de pessoal (docente e técnico-administrativo) em relação à contratação são determinadas pelo Ministério da Educação, no âmbito do governo federal. Neste sentido, a Universidade atua em sintonia com as políticas desenvolvidas pelo governo federal. O que cabe a universidade é cumprir o que está prescrito pelo governo federal no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, conforme a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Ela orienta todo sistema federal de ensino, como estabelece o seu artigo 3º:

Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino;

II - dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes;

III - qualidade do processo de trabalho;

IV - reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão;

V - vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições;

VI - investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público;

VII – desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais;

VIII - garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;

IX - avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e

X - oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.

A fim de consolidar o cumprimento desses princípios e diretrizes, a Instituição deve criar uma comissão interna prevista no artigo 22º em seu parágrafo terceiro:

§ 3º Cada Instituição Federal de Ensino deverá ter uma Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação composta por servidores integrantes do Plano de Carreira, com a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito da respectiva Instituição Federal de Ensino e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

Essa comissão interna tem por objetivo aprovar junto ao conselho universitário um projeto de capacitação e treinamento dos servidores técnico-administrativos, segundo os parâmetros apontados na referida lei. Levando em consideração tais atribuições foi aprovado, na UFES, um projeto de capacitação de servidores para o ano de 2006.

Também é de responsabilidade da gestão atender a demanda da instituição analisando anualmente suas disposições:

Art. 4º Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:

- I - demandas institucionais;
- II - proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários;
- III - inovações tecnológicas; e
- IV - modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.

Parágrafo único. Os cargos vagos e alocados provisoriamente no Ministério da Educação deverão ser redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino para atender às suas necessidades,

de acordo com as variáveis indicadas nos incisos I a IV deste artigo e conforme o previsto no inciso I do § 1º do art. 24 desta Lei.

Em relação à contratação de pessoal, a instituição espera as definições do governo federal no tocante ao quantitativo de vagas, para posteriormente definir como será distribuída entre os diferentes setores da universidade. Para a contratação de docentes, por exemplo, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), após discussões e deliberações, apresenta uma resolução no qual é definida como será o processo de distribuição das vagas, respeitando-se as necessidades e especificidades de cada Centro.

Por outro lado, todo este processo de contratação de docentes e servidores técnico-administrativos enfrenta algumas dificuldades que independem da presteza e eficiência da PROAD. Muitas vezes, as solicitações de pessoal para atender as demandas dos novos cursos de graduação e pós-graduação não são liberadas em tempo hábil causando transtornos burocrático-administrativos e acadêmicos.

Uma outra questão que está diretamente relacionada com a responsabilidade social da Instituição é a contratação de profissionais com necessidades especiais. Porém, este compromisso já está definido e especificado nas diretrizes orientadoras do Governo Federal.

No que se refere à comunicação e informação interna e externa da Instituição, embora exista no interior da UFES os órgãos que são responsáveis por esta atividade, a PROAD tem um comprometimento com esta dimensão na medida em que responde pela estrutura e funcionamento do Boletim Oficial mensal, bem como, pela organização e preservação do sistema de arquivo e registro da UFES. Nesta linha, a prioridade tem sido investir no sentido de criar um arquivo geral que apresente condições de infra-estrutura adequada para atender as demandas decorrentes do crescimento e ampliação da complexidade institucional. Isto implica que todos os dados considerados relevantes para a gestão administrativa e

acadêmica estarão à disposição eletronicamente para acesso de quem tiver interesse.

É necessário salientar que a gestão da UFES está baseada no Planejamento Estratégico – PE – documento que foi amplamente discutido com a comunidade interna e externa, gerando as orientações para o período 2005 a 2010.

No que diz respeito à dinâmica da PROAD, as tomadas de decisões são traduzidas em ações administrativas que englobam pessoal, financiamento, orçamento, área contábil, aquisição de materiais e contratação de serviços. Cada uma destas atividades possui um departamento específico para tomada de decisões.

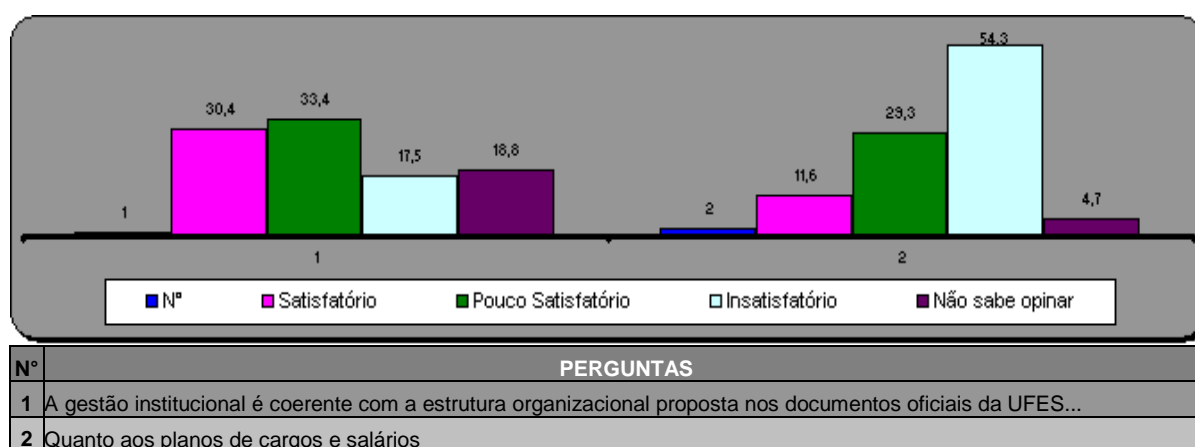
Como o orçamento possui limites externos, a questão relativa à arrecadação de recursos próprios cabe ao Departamento de Contabilidade e Finanças. A instituição possui um prazo para encaminhar o orçamento do ano seguinte, incluindo a pretensão de obtenção de recursos próprios. Isto é realizado de forma descentralizada, envolvendo todos os setores da UFES, que por sua vez precisam apresentar uma planilha de arrecadação própria. O orçamento liberado pelo governo depende deste levantamento realizado por toda a universidade.

É fundamental destacar que todas estas decisões acadêmicas, burocrático-administrativas e orçamentárias são discutidas e legitimadas pelos Conselhos da Administração Superior que funcionam de forma representativa, permitindo a participação e a democracia interna.

Outro ponto que deve ser enfatizado é que PROAD tem-se empenhado no processo de descentralização orçamentária e administrativa. Exemplo desta iniciativa pode ser percebida em relação ao custeio, o qual parte dos recursos já está liberada diretamente para a biblioteca e restaurante universitário, o que efetiva uma prática do exercício pleno de autonomia e responsabilidade institucional.

No interior da descentralização administrativa e orçamentária a UFES pretende ainda ressignificar a noção de aluno-equivalente (medida que compara o nº de alunos formados e o de alunos ingressantes em determinado curso). A proposta é considerar a formação do aluno e o exercício docente como resultado da contribuição dos mais diversos centros e departamentos. Isto significa implantar um processo de socialização mais justa e equânime dos recursos recebidos, como expressa o gráfico abaixo referente a opinião dos servidores da instituição:

Gráfico 9 – Gestão institucional



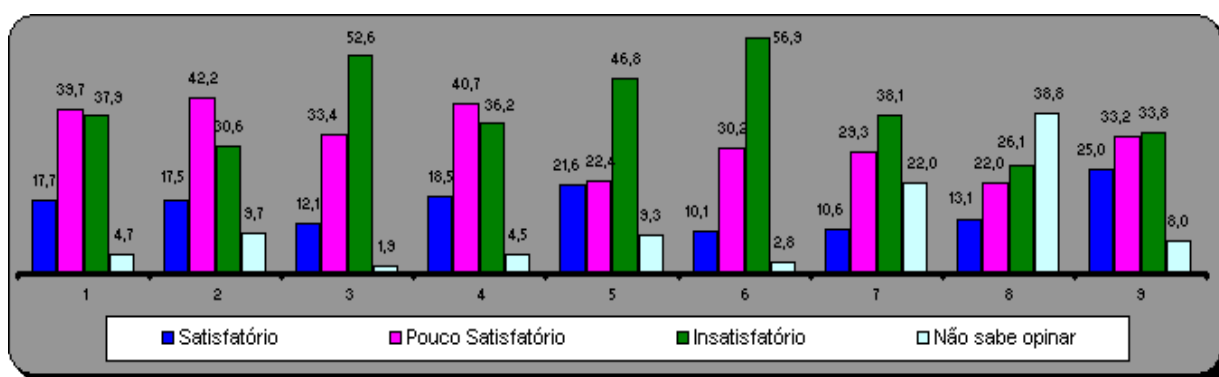
Em relação à gestão institucional e sua coerência com a estrutura organizacional proposta nos documentos oficiais, percebe-se que a maioria dos servidores considera, de maneira expressiva, satisfatória ou pouco satisfatória. Em contrapartida, no tópico ligado aos planos de cargos e salários observou-se que o grau de insatisfação ultrapassou a casa dos 50%, o que demonstra uma identificação com as queixas dos servidores públicos de forma geral pela política desenvolvida pelo Governo Federal nessa última década.

Em relação à infra-estrutura física, os procedimentos adotados para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários está acontecendo de forma lenta, porém, firme, numa tentativa de melhoria. Esta preocupação está fazendo parte da agenda do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI) que se pretende seja amplamente participativo com o envolvimento de toda comunidade acadêmica.

Para PROAD a situação que se apresenta da infra-estrutura ainda não é adequada às necessidades e demandas da instituição. Essa percepção não é exclusiva da administração superior, como pode ser observada no gráfico abaixo relativo a leitura de docentes e técnico-administrativos.

Gráfico 10 – Infra-estrutura



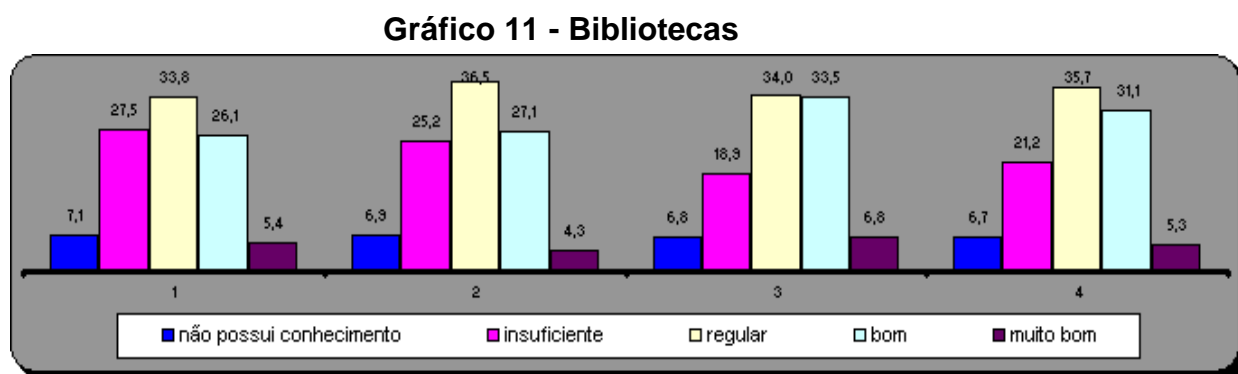
Nº	PERGUNTAS
1	A infra-estrutura física em geral
2	O nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas, espaços experimentais
3	A manutenção das dependências, equipamentos e mobiliários
4	Instalações adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas
5	Ambientes de convívio e lazer para o pessoal docente e técnico-administrativo
6	Condição adequada de segurança nos campi (patrimonial e pessoal)
7	Apoio logístico para as atividades acadêmicas
8	Condições de funcionamento e prestação de serviços do restaurante universitário
9	Quanto aos serviços essenciais de vivência (banco, farmácia, restaurante, entre outros)

De modo geral os entrevistados responderam que consideram pouco satisfatório ou insatisfatório estas condições. No que diz respeito ao nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas e espaços experimentais a maioria considera pouco satisfatório. Mais de 50% considera insatisfatório a manutenção das dependências, equipamentos e mobiliários. No que se refere a adequação das instalações ao desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas os servidores responderam que consideram pouco satisfatório ou insatisfatório.

O que se percebe na leitura dos gráficos é que existe uma certa insatisfação em relação aos ambientes de convívio e lazer para o pessoal docente e técnico-administrativo e principalmente em se tratando das condições de segurança nos campi. Sobre o apoio logístico às atividades acadêmicas os servidores entrevistados ponderam, em sua maioria, que é insatisfatória. Porém na pesquisa observou-se um número significativo de servidores que não quiseram ou não souberam opinar sobre o assunto. Esta situação se repetiu quando se tratou do restaurante universitário, o que indica, que boa parte desta categoria não tem por hábito utilizar o serviço prestado por esse órgão.

Quando o assunto envolve alguns serviços essenciais à comunidade acadêmica e externa (banco, apoio jurídico, xerox, cantinas, restaurante, entre outros), há uma tendência que aponta para uma certa equivalência das respostas pouco satisfatório e insatisfatório. Acredita-se que isto se deve a morosidade dos processos burocráticos administrativos que liberam o funcionamento dessas atividades no interior da UFES.

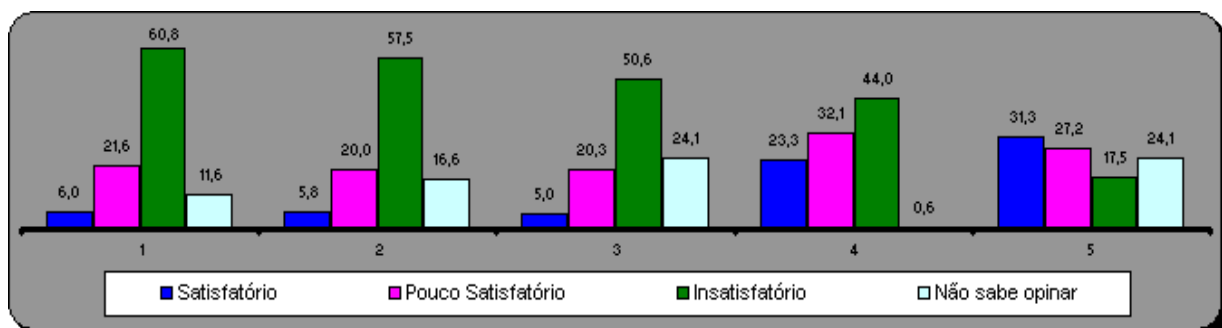
É necessário destacar, contudo, o esforço empreendido pela Administração Superior em tentar superar alguns desafios antigos e que impediam o bom funcionamento da dinâmica da Instituição. Exemplo desse esforço é o investimento nas condições de trabalho, aquisição de equipamentos, livros, periódicos e melhoria substancial da infra-estrutura do Restaurante Universitário, do Hospital e das Bibliotecas. Os resultados desses investimentos já foram percebidos positivamente pelo corpo discente como se observa no gráfico a seguir:



N°	PERGUNTAS
1	Qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem a acervo
2	Qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem a atendimento e condições gerais
3	Qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem a iluminação e ventilação
4	Qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem a conservação, limpeza e equipamentos

De forma geral as condições das bibliotecas e seus acervos tende para uma opinião que aponta para o conceito regular. É importante destacar a percepção do alunado no que tange ao atendimento oferecido pelos servidores das bibliotecas, o que remete a necessidade de se priorizar ações e políticas de qualificação profissional, resgate da auto-estima, apoio psicossocial e qualidade de vida dos servidores de todos os setores da universidade. Essa é uma preocupação, inclusive, indicada pela pesquisa de campo orientada pela CPA e realizada com docentes e técnico-administrativos de cada Centro (20%) cujo resultado pode ser aferido pelo gráfico abaixo:

Gráfico 12 – Qualidade de vida



N°	PERGUNTAS
1	Quanto aos programas de assistência à saúde voltado para o pessoal técnico-administrativo, com funcionamento efetivo e contínuo
2	Quanto aos programas de qualidade de vida
3	Quanto aos programas de apoio psicossocial
4	Quanto às condições de trabalho (espaço físico, equipamentos e jornada de trabalho)
5	Condições de funcionamento e prestação de serviços do Núcleo de Treinamento dos Servidores

O que se depreende da representação gráfica é a insatisfação quanto aos programas: assistência à saúde (60,8%); qualidade de vida (57,5%); apoio psicossocial (50,6%). Quanto às condições de trabalho verifica-se que apesar da maior porcentagem indicar como insuficiente (44%), se somarmos os dados satisfatório (23,3%) e pouco satisfatório (32,1%) teremos uma leitura mais positiva. Em relação às condições de funcionamento e serviços prestados pelo Núcleo de

Treinamento dos Servidores (NTS) a maioria considera satisfatória (31,3%). Ou seja, reconhece-se o papel fundamental desse órgão como fomentador de políticas de melhoria profissional e da qualidade de vida dos servidores da instituição.

8. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Na UFES, a Secretaria de Comunicação e Divulgação (SCD) tem a função de promover a divulgação da produção científica, tecnológica, cultural e todas as atividades relevantes vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, utilizando seus instrumentos próprios de comunicação institucional, bem como a mídia impressa e eletrônica.

A SCD trabalha com profissionais de jornalismo e artes visuais, além de alunos estagiários de ambas as áreas. Diariamente, a equipe apura os fatos relevantes ocorridos nos eixos do ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e gestão, para serem analisados e os formata em padrão jornalístico a fim de divulgá-los, para o conhecimento da comunidade acadêmica.

Os canais de divulgação da dinâmica das dimensões burocrático-acadêmicas são: o jornal INFORMA, de periodicidade semanal, com tiragem de 8 mil exemplares, cuja distribuição atinge os quatro campi da universidade; o Jornal da Ufes, ainda em fase experimental, com 12 páginas, em cores, com tiragem de 10 mil exemplares e periodicidade bimestral; a TV Ufes que integra o Canal Universitário, transmitida pelo serviço NET de TV por assinatura, com alcance na região metropolitana da Grande Vitória.

Outro recurso é a comunicação visual, por meio de outdoor, instalado no campus de Goiabeiras; existe ainda, o portal eletrônico da Ufes na Internet, que publica notícias de interesse institucional, editais, eventos, etc. Outro veículo é a Rádio Universitária, em frequência FM, que é administrada pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida e possui programação cultural informativa e formativa, atendendo a comunidade acadêmica e a sociedade capixaba.

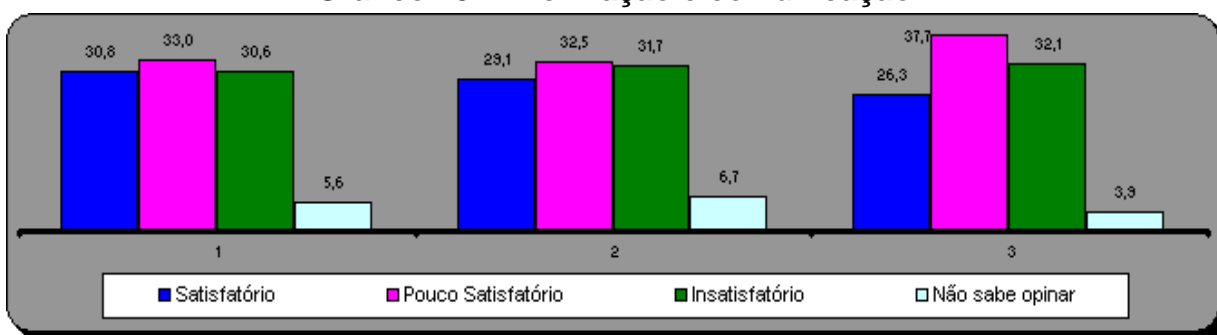
Além dos canais de divulgação institucional a universidade estabelece uma sintonia constante com os principais veículos de comunicação do Espírito Santo, incluindo jornais impressos, TVs abertas e fechadas, emissoras de rádio e Internet.

Apesar dessas potencialidades, na Ufes não existe um sistema articulado de informação entre os cursos, que permita conhecer a produção acadêmica dos centros e o diálogo que estes estabelecem com o público interno e externo. Também não existe nenhuma estrutura formal, no que se refere à questão dos arquivos de informação. As informações sobre a realidade institucional e outras, são apuradas a partir de demandas específicas, objetivas e pontuais, no cumprimento de sua missão, considerando o caráter efêmero com que o jornalismo aborda a realidade.

Quanto à imagem pública da Ufes, a avaliação é a de que é uma instituição de referência regional em termos de educação, incluindo todas as atividades a ela inerentes. A maior parte do noticiário aborda suas unidades e seus membros de maneira positiva. Seus pesquisadores são considerados como fontes de referência respeitável. Grande parte das atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico consegue significativa repercussão, inclusive aqueles que podem ser considerados como negativos à imagem da instituição, como greves, fechamento de portões de acesso, trotes em calouros, atendimento inadequado ao público, precariedades eventuais, entre outros.

A SCD tem buscado solucionar problemas pontuais relacionados à carência de pessoal e equipamentos, mantendo um relacionamento harmonioso e produtivo com os outros órgãos, a fim de superar eventuais dificuldades. Além disso, busca ampliar a comunicação interna, com informativos impressos mais abrangentes em termos de edição e distribuição e ampliar a comunicação eletrônica, com a utilização mais eficiente da internet. Nesse caso, a internet apresenta-se como um eficiente veículo de comunicação e divulgação das ações desenvolvidas, embora ainda não atinja de forma mais ampla o universo das unidades acadêmicas, como sugere o gráfico em tela:

Gráfico 13 - Informação e comunicação

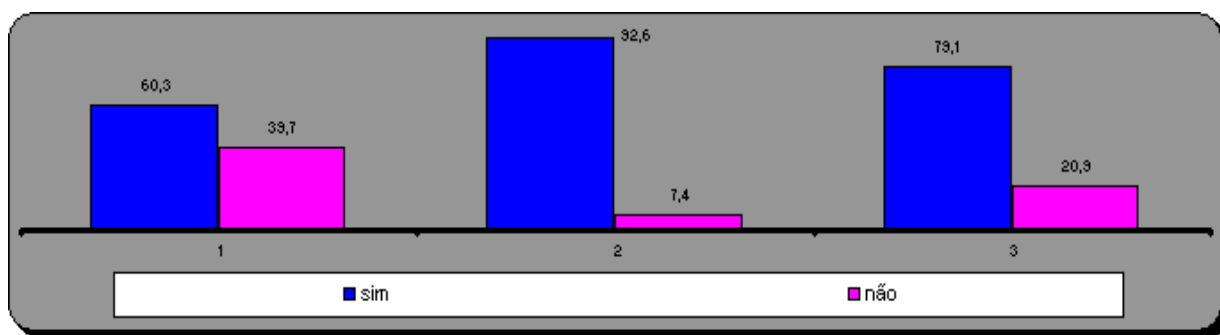


Nº	PERGUNTAS
1	Existência de mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação das portarias, resoluções e decisões...
2	Comunicação, como internet, mecanismos para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas...
3	Integração, relacionamento e comunicação entre os corpos docente, discente e técnico-administrativos

Cerca de 64% dos docentes e técnico-administrativo considera de forma positiva os mecanismos de garantia e precisão na divulgação das informações das portarias, resoluções e decisões. No entanto, 30% considera essas ações como insuficientes, o que indica um desafio que é necessário superar no sentido do cumprimento da função estatutária e social da UFES. Esse panorama também foi evidenciado na questão concernente à integração, relacionamento e comunicação entre os corpos docente, discente e técnico-administrativos.

Outros indicadores significativos para avaliar a divulgação e integração com a comunidade acadêmica podem ser representados pelo conhecimento esboçado pelos alunos em relação à existência da Ouvidoria e do Jornal Informa, bem como, pela utilização da página eletrônica como vetor de diálogo discente-institucional, conforme gráfico explicitado a seguir:

Gráfico 14 - Divulgação e integração com a comunidade acadêmica



Nº	PERGUNTAS
1	Você sabe o que é Ouvidoria na UFES
2	Você acessa a página eletrônica da UFES
3	Você conhece o veículo de comunicação da UFES, o INFORMA?

Embora a pergunta tenha caráter quantitativo ela é significativa na medida em que representa percepções da maioria do corpo discente da UFES, já que a aplicação do questionário foi efetuada no ato de matrícula no período 2006/2. Com base nessas indicações é possível ressignificar as ações e as atuações da Ouvidoria e dos veículos de divulgação e comunicação no sentido de ampliar o diálogo discente-institucional nas unidades e centros da universidade.

8.1 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

A Secretaria de Produção e Difusão Cultural (SPDC) é responsável pela coordenação de cinco órgãos: a Editora da Ufes (Edufes), O Cineclube Metrópolis, o Teatro Universitário, a Coordenação de Artes Plásticas e a Coordenação de Música.

A Edufes é responsável pela divulgação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos professores, funcionários e alunos da UFES. A editora atende exclusivamente aos segmentos da universidade, firmando assim seu compromisso com a qualidade de suas publicações.

Criada em 1979, a Edufes já publicou aproximadamente 500 títulos que, em sua maioria, são resultados de trabalhos de pesquisa, teses e dissertações da comunidade acadêmica que servem como fonte de estudo para pesquisadores e sociedade em geral. Sua política editorial promove publicações de livros de poesia, conto, romance, folclore e revistas dos departamentos de história, geografia, economia, entre outros. Desde 2004 tem publicado em média 20 livros por ano. Conta ainda, com uma livraria, a Livraria Universitária, que sintonizada com as demais editoras universitárias do país disponibiliza títulos que podem ser adquiridos a preços mais acessíveis.

É importante destacar que a SPDC atende a interessados em fazer o registro de obras científicas, artísticas e literárias, por meio do convênio firmado entre a UFES e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nessa linha, a Coordenação de Artes Plásticas é uma Unidade da Secretaria de Produção e Difusão Cultural, responsável por produzir, viabilizar e estimular projetos culturais na área das artes plásticas. É composta pelos setores de Galeria e Acervo de Educação e Pesquisa.

A Galeria de Arte é um espaço aberto para exposições rotativas de valores locais, nacionais e internacionais. O trabalho que desenvolve tem como objetivos incentivar a cultura artística no Estado, aperfeiçoar a formação cultural local, expondo todas as formas de expressão e técnicas artísticas. Busca ainda, promover o encontro do artista com o seu público e deste com o movimento artístico de expressão.

O Setor Educativo da Coordenação de Artes Plásticas da SPDC funciona promovendo programações para construir um futuro com a consciência de preservar, apreciar, decodificar as obras de arte e do patrimônio cultural. Para tanto, utiliza uma linguagem moderna, interativa, atendendo às necessidades pedagógicas e curriculares dos estabelecimentos educativos, especialmente do educando.

O Programa Educativo é uma prática do despertar para as artes. Alunos e professores que visitam a Galeria de Arte Espaço Universitário têm à sua disposição monitores e profissionais da área educativa, que apresentam aos visitantes (freqüentemente alunos do ensino fundamental e médio) o mundo da arte. Os técnicos do serviço educativo oferecem aos visitantes informações sobre o acervo e a exposição em exibição. O setor conta com um cadastro formado por cerca de 600 escolas da rede municipal, estadual e particular da Grande Vitória, que são convidadas para visitas a cada exposição inaugurada na Galeria.

A SPDC conta ainda com um setor, que é responsável pela preservação, valorização e manutenção adequada do acervo de artes plásticas da Ufes, que reúne cerca de 2.900 obras catalogadas e acondicionadas. Esse patrimônio tem se constituído através de uma estratégia de permuta, na qual o artista que expõe doa uma obra para o acervo. Foi dessa forma que a Universidade passou a possuir uma reserva significativa de obras brasileiras contemporâneas de grande valor cultural e financeiro.

Ainda no interior do patrimônio cultural, o Cineclubes Metrópolis tem se destacado como um dos poucos cinemas do estado e da região que oportuniza a exibição de filmes clássicos e comprometidos com a dimensão cultural e a ampliação do pensar e do sentir. Assim, tem organizado de cinco a sete Mostras Audiovisuais anualmente, dentre estas: cinema francês, vídeo universitário, Vitória Cine Vídeo e Mercosul. Ligados à produção contemporânea de peças cinematográficas nacionais e internacionais, essas Mostras vêm contribuindo para uma reflexão mais estilizada da complexidade da realidade.

Para além das mostras audiovisuais, o Cineclubes Metrópolis possui dois projetos principais: o primeiro é a Sessão Cinéfilo que acontece todas as quartas-feiras, às 21 horas, com a exibição de filmes nacionais, europeus e asiáticos. Cada filme fica em cartaz durante três semanas, sempre acompanhado da programação regular, que inclui lançamentos cinematográficos recentes. O projeto tem como objetivo a

exibição de filmes que marcaram a história do cinema. O segundo é o Projeto Cinescola, ou seja, o cinema como instrumento de aprendizado e de projetos especiais a serem realizados na escola. O projeto tem como objetivo a exibição de filmes, principalmente brasileiros, direcionados ao público infanto-juvenil dos estabelecimentos escolares da grande Vitória.

A tabela abaixo sugere a representatividade das atividades do Cineclubes Metrópolis.

Tabela 14 -Total de Público das Atividades do Cineclubes Metrópolis

ATIVIDADES	2004	2005	2006 (até 31/07)
Sessões normais exibidas	31.064	33.774	15.662
Sessões cinéfilo	648	591	0
Projeto Cinescola	10.046	3.177	2.192
Atividades extras e eventos	10.430	9.486	4.300
TOTAL	52.188	47.028	22.154

Um outro setor representativo da comunicação com a sociedade é a Coordenação de Música que oferece à comunidade capixaba cursos livres. São oferecidos aulas de piano, teclado, saxofone, violão, canto, flauta doce e teoria musical.

No interior das atividades desenvolvidas por essa Coordenação encontramos o Coral da Ufes, com 31 anos de existência, que atualmente é formado por 50 membros e um maestro. Além de apresentações em diversos eventos que acontecem dentro e fora da universidade, foi finalista em importantes concursos como o da Souza Cruz em Vitória, o do Museu de Arte Moderna em São Paulo e o da Rádio Jornal do Brasil, participando de encontros nacionais e de nível internacional.

Um outro locus de divulgação cultural da UFES administrado pela SPDC desde fevereiro de 2003 é o Teatro Universitário. Tem como objetivo promover e difundir eventos culturais como seminários, congressos, formaturas, palestras, shows e peças teatrais, promovidos pela universidade e por instituições públicas e privadas da comunidade externa.

Uma das dificuldades encontradas pela SPDC em cumprir de forma mais eficiente suas atividades é a insuficiência de pessoal técnico-administrativo qualificado para atuar nas diversas esferas de diálogos e sintonias que a secretaria necessita estabelecer com a comunidade interna e externa.

Estima-se que a comunicação da difusão cultural atinja a 20% da comunidade acadêmica, o que pode ser considerado modesto. Para superar essa vulnerabilidade algumas iniciativas vêm sendo tomadas, tais como: afixação de cartazes nos centros; entrega de informativos nas portarias de acesso (Jornal Informa) e reelaboração da 'home page' da Ufes, ampliando e democratizando estes canais de comunicação.

9. FONTES

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 9394/96.

MEC. Portaria nº 2051, de 09 de julho de 2004.

SINAES/INEP. Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições.

SINAES/INEP. Diretrizes para a avaliação das instituições de ensino superior.

SINAES/INEP. Lei 10861/04 Instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

UFES. Documento de Apoio ao Planejamento Estratégico da Universidade Federal do Espírito Santo, 2005 – 2010.

UFES. Relatório de gestão – exercício de 2003.

UFES. Relatório de gestão – exercício de 2004.

UFES. Relatório de gestão – exercício de 2005.

UFES. Resolução nº 14/2004.

UFES. Planejamento estratégico 2005-2010.

UFES. Proposta de projeto de avaliação institucional, 2005.

UNESP. Projeto de Avaliação Institucional. 2001-2003.

10. REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpídio. **A Política de Extensão Universitária na Universidade do Espírito Santo (UFES) no Contexto Neoliberal**. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação), UFES, Vitória, 2005.

ANGULO, J. F. R. A auto-avaliação institucional como processo de formação do professorado. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. **Universidade desconstruídas: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

BORGIO, Ivantir Antônio. **Ufes: 40 anos de história**. Vitória: SPDC, 1995.

Anuário da Secretaria de Cultura da Ufes. Publicação da Secretaria de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo. Nº1, ano1-2004.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In: _____; BALZAN, Newton César. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: _____; BALZAN, Newton César. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GREGO, S. M. D. Avaliação institucional na UNESP: uma proposta metodológica para a auto-gestão. In: **Boletim do Departamento de Didática**, v.16. nº.15, 1999, pp.05-42.

KEMMIS, S. Seven principles for programme evaluation in curriculum development and innovation. In: HOUSE, E. R. (Ed.) **New directions in educational evaluation**. 2ª ed. London: The Falmer Press, 1989.

LEITE, D., TUTIKIAN, J., HOLZ, N. Avaliação e Compromisso. In: **Construção e prática da avaliação institucional em uma Universidade Pública**. Porto Alegre: UFRS, 2000.

RAUPP, Magdala; REICHLE, Adriana. **Avaliação: ferramentas para melhores projetos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SORDI, Mara Regina Lemes. Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In: BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas (org.). **Avaliação: políticas e práticas**. São Paulo: Papyrus, 2004. p. 65-82.

STUFFLEBEAM, D.L., WEBSTER, W.J. An analysis of alternative approaches to evaluation. In: MADAUS, F.G., SCRIVEN, M.S., STUFFLEBEAM, D.L., (Ed.) **Evaluation models: viewpoints on educational and human services evaluation**. Boston: Kluwer-Nijhot, 1991, pp. 23-43.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Um perfil**. São Paulo: ACI, 1995.

ANEXOS

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFES – 2006

QUESTIONÁRIO AVALIATIVO PROGRAD (Pró-Reitor de Graduação)

1. Os currículos da UFES são revistos com periodicidade? Qual, que sistemática e que critérios orientadores são utilizados? Quais os responsáveis por esse processo?
2. O perfil do egresso é atendido pelos currículos e programas estabelecidos?
3. Existem mecanismos que permitam comprovar se foram alcançados os objetivos dos planos de estudo? Como funcionam?
4. Existem mecanismos para incorporar novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem? Explícite-os.
5. Existe discussão dos currículos e programas em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais?
6. Como a produção científica da UFES atende à missão e aos investimentos destinados à Instituição? E às necessidades sociais e às exigências da ciência?
7. Existem grupos de pesquisa cadastrados? Quais?
8. Os projetos existentes recebem apoio de agências de fomento? Quais?
9. Como funciona o processo de divulgação, editorial e comunicativa, científica da UFES?
10. Qual a política de auxílio existente em relação aos pesquisadores da UFES?
11. Como a pesquisa está vinculada ao ensino?
12. Existe órgão responsável pela relação interinstitucional e internacional da UFES? Explícite sua dinâmica de funcionamento.
13. Existem políticas de formação de docentes para a educação básica e para a educação superior?
14. Existem mecanismos de avaliação do desempenho dos docentes? Quais, como funcionam e como os resultados têm apresentado-se nos últimos cinco anos?

15. Qual a utilidade desses resultados para a revisão e organização dos processos educacionais?

16. Quanto às questões burocráticas, quais as condições estruturais da UFES?

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
UFES – 2006

ROTEIRO DE ENTREVISTA
PRPPG
(Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

1. Qual é a função da pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da UFES? Descreva sua dinâmica de funcionamento.
2. Qual o quadro atual dos cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado, residência médica e especializações “*latu sensu*”), no que se refere:
 - Número de cursos
 - Número de matrículas
 - Número de concluintes
 - Avaliação da CAPES
 - Pesquisas em andamento
 - Pesquisas concluídas
3. Qual a relação existente entre a graduação, pós-graduação, ensino e pesquisa na UFES?
4. Como a produção científica atende à missão da UFES, as necessidades sociais e as exigências da ciência? Os investimentos destinados à Instituição dão suporte necessário?
5. As realidades existentes nos cursos de pós-graduação da UFES são contemplados nos conceitos de avaliação da CAPES?
6. Quantos são os grupos de pesquisa cadastrados na pós-graduação da UFES? Existe(m) apoio(s) de agência(s) de fomento?
7. Existem auxílios de verbas, internas e externas, para a realização dos cursos de pós-graduação? Avalie a presença e a utilização dessas?
8. A UFES possui algum veículo de divulgação das pesquisas realizadas nas pós-graduações? Explícite-os.
9. Qual a representatividade desses veículos na comunidade científica?
10. Como funciona a política de fóruns acadêmicos de divulgação de pesquisas, e qual a relevância desses para a UFES e para a comunidade científica?

11. Existem mecanismos que registrem e avaliem a produção e o desenvolvimento de atividades dos pesquisadores da UFES? Explícite seu funcionamento.
12. O que esse órgão têm realizado a fim de oportunizar a superação das vulnerabilidades?
13. Quais potencialidades você evidencia na PRPPG?

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFES – 2006

ROTEIRO DE ENTREVISTA PROEX (Pró-Reitor de Extensão)

- 1 Qual é a concepção de extensão e de intervenção social adotada pela UFES?
- 2 A UFES se preocupa em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? Liste as mais importantes e explicita sua dinâmica de funcionamento?
- 3 As atividades de extensão desenvolvidas pela UFES atendem às necessidades e demandas do entorno social? Qual é o impacto na comunidade?
- 4 Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela UFES? Quais?
- 5 As atividades de extensão desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa, ou seja, os estudantes participam nas ações de extensão e intervenção social? Qual o impacto dessas atividades em sua formação?
- 6 Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão? Há instâncias que forneçam bolsas de extensão? Quais? Informe a quantidade e tipos de bolsas.
- 7 Existem incentivos institucionais ou de outras fontes para a realização dessas atividades? Quais são eles?
- 8 Em qual(is) área(s) existem atividades institucionais em interação com o meio social?
 - Educação ()
 - Saúde ()
 - Lazer ()
 - Cultura ()
 - Cidadania ()
 - Solidariedade ()
 - Organizações econômicas e sociais ()
 - Meio ambiente ()
 - Patrimônio cultural ()
 - Planejamento urbano ()
 - Desenvolvimento econômico ()

Outras:

9 Existem atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, ou outras? Quais?

10 Existem políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida? Quais?

11 Existem ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos?

12 Há políticas de incentivo a estágios, intercâmbios com instituições e estudantes do exterior? Descreva-as.

13 Há políticas claras de incentivo a participação dos estudantes em projetos com os docentes? Descreva-as.

14 Há instâncias que favoreçam a participação dos estudantes em eventos? Existem programas de mobilidade e intercâmbio? Estão baseados em normas e critérios para sua concessão? Quais são elas?

15 As atividades de extensão favorecem a participação de egressos na vida da instituição? De que forma?

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

UFES – 2006

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROAD

(Pró-Reitor de Administração)

1. Em relação à contratação de pessoal (docente e pessoal técnico administrativo) quais as políticas vigentes, elas visam à contratação de profissionais com necessidades especiais?
2. Existem ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos? Explique.
3. Existem, na UFES, procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são eles? Como funcionam?
4. A gestão está orientada para resultados ou processos? Justifique.
5. Existem, na UFES, instâncias de apoio, participação e consulta para tomar decisões? Como funcionam? O grau de centralização ou descentralização existente na UFES é adequado para a gestão da instituição? Justifique.
6. Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da UFES?
7. Quais são as instruções normativas formuladas e em efetivo uso sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)?
8. Os órgãos colegiados da administração superior funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição? Explique.
9. Como está estruturado o organograma institucional que explicita a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento da UFES? Ele é desenvolvido de acordo com o proposto?
10. Em relação aos laboratórios, bibliotecas, salas de aula e espaços experimentais responda:
 - a. A quantidade é adequada para as necessidades da instituição em relação aos cursos e à quantidade dos estudantes?
 - b. O espaço é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas?
 - c. Qual é o nível de funcionalidade destes espaços?
 - d. Qual é o estado de conservação? Quais são as carências mais relevantes?
 - e. Os equipamentos dos laboratórios e bibliotecas são adequados em quantidade e qualidade às necessidades dos usuários? Justifique.

f. Quais são as características quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza?

11. Em relação com a infra-estrutura de modo geral:

a. Existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários?

b. A infra-estrutura, as instalações e os recursos educativos atendem em quantidade e qualidade de maneira satisfatória a necessidade dos usuários? Justifique.

c. A instituição possui, em seu quadro de pessoal, os profissionais técnico-administrativos necessários para o uso e manutenção das instalações/infra-estrutura? Justifique.

d. As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais? Justifique.

e. Há locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos? Descreva-os.

f. Há uma política de espaço físico para atualização e adequação das instalações no atendimento das demandas da UFES?

g. Documento com os seguintes dados:

- n ° de salas de aula;
 - n ° de instalações administrativas;
 - n ° e condições das salas de docentes;
 - n ° e condições das salas de reuniões;
 - n ° e condições dos gabinetes de trabalho;
 - n ° e condições das salas de conferência/auditórios;
 - n ° e condições das instalações sanitárias;
 - existência de áreas de convivência;
 - acessos para portadores de necessidades especiais;
 - n ° de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo);
 - n ° de bibliotecas (central e setoriais);
 - acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais;
 - n ° de livros, periódicos e títulos em geral;
 - n ° e condições de laboratórios de informática;
 - n ° de equipamentos informáticos, condições de uso e acesso pelos estudantes;
 - n ° e condições de laboratórios específicos;
- No Plano de Desenvolvimento Institucional, ou no Planejamento Estratégico, há relação entre a proposta de desenvolvimento da UFES e o orçamento previsto? Justifique.

12. Compõe o orçamento a destinação de verbas para capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo? Como isso ocorre?

13. Existe controle entre as despesas efetivas e àquelas referentes à despesa correntes, de capital e de investimento? Justifique.

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFES – 2006

ROTEIRO DE ENTREVISTA SCD (Secretaria de Comunicação e Divulgação)

17. Qual é a função da Secretaria de Comunicação e Divulgação da UFES? Descreva sua dinâmica de funcionamento.
18. Quais os meios de comunicação utilizados pela UFES?
19. A comunicação na UFES é efetivada e comprometida com a sua missão? Como funcionam?
20. A comunicação interna da UFES é freqüente? Quais os canais utilizados?
21. Como se caracterizam os informes produzidos pela SCD na relação informação *versus* usuário?
22. Que tipos de informações são divulgados pela SCD?
23. Existem mecanismos de comunicação e sistemas de informação eficazes para a coordenação dos diferentes cursos?
24. Existe uma estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos do Planejamento Estratégico?
25. Avalie a imagem pública da UFES nos meios de comunicação social.
26. O que esse órgão têm realizado a fim de oportunizar a superação das vulnerabilidades?
27. Quais potencialidades V. Sa. evidencia na SDC?

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFES – 2006

ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRETORES DE CENTRO

1. Existe no Centro uma política de acompanhamento dos egressos? Descreva.
2. Como funcionam os mecanismos que permitem comprovar se os objetivos dos projetos pedagógicos de cursos foram alcançados?
3. Como são operacionalizados os resultados da avaliação do desempenho dos docentes?
4. Existem, neste Centro, políticas de avaliação e qualificação de pessoal técnico-administrativo, sobretudo no que se refere ao atendimento à comunidade acadêmica?
5. Os currículos e programas dos Cursos que compõem o Centro são revistos com periodicidade? Qual a sistemática e que critérios orientadores são utilizados? Quais os responsáveis por esse processo?
6. Qual seu parecer sobre o desempenho das comissões próprias de avaliação dos cursos (CPA's)?
7. O que esse órgão tem realizado a fim de oportunizar a superação das vulnerabilidades?
8. Quais potencialidades V. Sa. evidencia neste Centro?

As questões a seguir deverão ser respondidas seguindo o seguinte critério:

- | |
|---|
| 1. Satisfatório
2. Pouco Satisfatório
3. Insatisfatório
4. Não sabe opinar |
|---|

9. Em relação aos laboratórios, bibliotecas, salas de aula e espaços experimentais opine:

	1	2	3	4
a) A quantidade disponível para as necessidades da instituição em relação aos cursos e à quantidade dos estudantes.				
b) Quantidade e funcionalidades dos espaços para as atividades programadas no centro.				
c) Quanto aos equipamentos dos laboratórios e biblioteca setorial e sua relação com as demandas dos usuários.				

d) Quanto ao número e qualidade dos recursos disponíveis para as atividades acadêmicas.				
e) Quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza.				

10. Integração, relacionamento e comunicação entre os corpos docente, discente e técnico-administrativos.

--	--	--	--

11. Coerência entre os recursos pedagógicos disponíveis e as atividades do Centro.

--	--	--	--

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFES – 2006

QUESTIONÁRIO/DISCENTES

Prezado (a) Aluno: Você está participando e é parte integrante do Processo de Auto-Avaliação promovido pela CPA/UFES, para o período 2004/2006. Nesta etapa você responderá questões que contemplem aspectos acadêmicos do curso e do contexto de inserção sócio-econômico-cultural da formação que subsidiará as análises qualitativas futuras.

Matrícula : _____ Curso: _____

Data de Nascimento no formato dd/mm/aa (ex. 31/12/99): _____

Informações de Preenchimento

I - As questões são de múltiplas alternativas e de opinião, marque apenas uma única resposta. Não existem respostas certas ou erradas. Assinale aquela alternativa que melhor represente a situação de conhecimento real do seu curso ou do contexto no qual está inserido.

1 – A UFES em sua Auto Avaliação determinou que cada curso apresentasse seu Projeto Pedagógico (nele estão contidas as seguintes informações: objetivo, missão, currículo, área de atuação do docente, perfil do discente, vinculação com o mercado de trabalho, etc). Você sabe o que é um Projeto Pedagógico de Curso?

- a) Sim
- b) Não

2 - Para resposta SIM. Você sabe dizer se o Projeto Pedagógico:

- a) Está plenamente concluído;
- b) Está em processo de elaboração;
- c) Está precisando ser atualizado;
- d) Inexiste;
- e) Não sabe dizer;

3 – Os objetivos do Curso, propostos no projeto, são adequados ao contexto social e econômico da região?

- a) Sim, plenamente;
- b) Sim, parcialmente;
- c) Não;
- d) Não sabe dizer;

4 – Você foi convidado pela Representação Estudantil, Chefia de Departamento, Colegiado ou Comissão para participar das discussões da formulação do Projeto Pedagógico de seu Curso?

- a) Sim
- b) Não

5 – A representação estudantil do seu curso contribuiu para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso?

- a) Sim, plenamente;
- b) Sim, parcialmente;
- c) Não;
- d) Não sabe;
- e) Não existe representação estudantil;

6 – O Projeto Pedagógico de seu curso destaca como principal contribuição:

- a) Fornecer formação teórica
- b) Ampliar a visão de mundo dos alunos
- c) Levar o aluno a adquirir competência profissional
- d) Permitir obtenção de diploma de curso superior
- e) Possibilitar a ascensão social e alocação no mercado de trabalho
- f) Não sabe

7 – O Departamento do seu curso renova os seus programas:

- a) A cada semestre letivo
- b) A cada ano letivo
- c) A cada dois anos
- d) A cada cinco anos
- e) Deixa-se a critério do Professor a atualização do programa
- f) Não sabe

8 – Do que você conhece do seu currículo de curso, há correspondência entre os programas e o perfil do aluno e também do egresso (ex-aluno)?

- a) Sim, plenamente
- b) Sim, parcialmente
- c) Não
- d) Não sabe

9 – Você conhece a produção científica de seu curso?

- a) Sim, plenamente
- b) Sim, parcialmente
- c) Não
- d) Não sabe

10– Do que você conhece, existe coerência entre a produção científica do curso, a missão da UFES e as necessidades políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado, da região e do país?

- a) Sim, plenamente
- b) Sim, parcialmente
- c) Não

11– O seu curso possibilita oportunidades de trabalho e aperfeiçoamento em nível de pós-graduação:

- a) Para todos
- b) Para a maioria deles
- c) Para alguns deles
- d) Para nenhum deles
- e) Não sabe

12 – Você é favorável ao trote na Universidade?

- a) Sim, plenamente
- b) Sim, parcialmente
- c) Não, radicalmente

13 – Você sabe o que é Ouvidoria na UFES?

- a) Sim
- b) Não

14 – Você acessa a página eletrônica da UFES?

- a) Sim
- b) Não

15 – Você conhece o veículo de comunicação da UFES, o INFORMA?

- a) Sim
- b) Não

II – Avalie, utilizando a escala crescente de 1 a 5, os seguintes indicadores de Auto-avaliação Institucional. Se não tiver qualquer conhecimento ou informação, acerca do tema avaliado marque 1. Se você avaliar que aquela temática se desenvolveu de forma insuficiente, marque 2. De forma regular, marque 3. Bom, marque 4. Muito bom, marque 5,

- 1- (1,2,3,4,5) programas institucionais de bolsas destinadas às atividades de pesquisa;
- 2- (1,2,3,4,5) programas institucionais de bolsas destinadas às atividades de iniciação científica;
- 3- (1,2,3,4,5) programas institucionais de bolsas de monitoria;
- 4- (1,2,3,4,5) programas institucionais de bolsas e de iniciação à docência;
- 5- (1,2,3,4,5) programas institucionais de bolsas de esporte ou de trabalho;
- 6- (1,2,3,4,5) programas de capacitação em nível de especialização;
- 7- (1,2,3,4,5) programas de capacitação em nível de mestrado;
- 8- (1,2,3,4,5) programas de capacitação em nível de doutorado;
- 9- (1,2,3,4,5) programas de incentivo à participação em eventos, ligados a sua área de trabalho/estudo;
- 10- (1,2,3,4,5) programas de mobilidade e intercâmbio de discentes;
- 11- (1,2,3,4,5) programas de assistência à saúde física e mental;
- 12- (1,2,3,4,5) atividades recreativas e de lazer;
- 13- (1,2,3,4,5) acesso ágil para expedição de diplomas de graduação e pós-graduação;
- 14- (1,2,3,4,5) acesso ágil para possibilitar os registros e a eficiente tramitação dos requerimentos e documentos estudantis;
- 15- (1,2,3,4,5) condições adequadas de segurança nos campi;

- 16- (1,2,3,4,5) existência de mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação das portarias, resoluções e decisões burocrático-administrativas dos órgãos suplementares e superiores da Universidade;
- 17- (1,2,3,4,5) comunicação, como Intranet e Internet, mecanismos para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas da Instituição e colaborem com a tomada de decisões;
- 18- (1,2,3,4,5) qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem a acervo;
- 19- (1,2,3,4,5) qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem atendimento e condições gerais;
- 20- (1,2,3,4,5) qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem iluminação e ventilação;
- 21- (1,2,3,4,5) qualidade da biblioteca central e as bibliotecas setoriais no que se referem conservação, limpeza e equipamentos;
- 22- (1,2,3,4,5) informações gerais da página eletrônica da UFES
- 23- (1,2,3,4,5) condições gerais do restaurante universitário

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFES – 2006

QUESTIONÁRIO AVALIATIVO COMUNIDADE ACADÊMICA

() Docente de Pós-graduação	() Docente de Graduação	() Funcionário
------------------------------	--------------------------	--------------------

Centro: Sexo: () Masculino ()
Feminino

As questões deverão ser respondidas seguindo o seguinte critério:

- 5. Satisfatório
- 6. Pouco Satisfatório
- 7. Insatisfatório
- 8. Não sabe opinar

As questões de 1 a 25 são para **TODOS** os entrevistados:

1	2	3	4
---	---	---	---

GESTÃO INSTITUCIONAL

1. A gestão institucional é coerente com a estrutura organizacional proposta nos documentos oficiais da UFES (estatuto, regimento, organograma, regulamentos internos, normas acadêmicas, entre outros)				
2. Quanto aos programas institucionais de bolsas destinadas às atividades acadêmicas (monitoria, iniciação científica, entre outros).				
3. Quanto aos programas de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo.				
4. Quanto aos planos de cargos e salários.				
5. Quanto às políticas de qualificação e apoio à participação em eventos.				
6. Quanto aos programas de incentivo à participação em eventos, ligados à sua área de trabalho/estudo.				
7. Quanto aos programas de mobilidade e intercâmbio dos discentes.				
8. Quanto às formas de operacionalização dos programas institucionais de incentivos e benefícios.				

QUALIDADE DE VIDA

9. Quanto aos programas de assistência à saúde voltado para o pessoal docente e técnico-administrativo, com funcionamento efetivo e contínuo.				
10. Quanto aos programas de qualidade de vida.				
11. Quanto aos programas de apoio psicossocial.				
12. Quanto às condições de trabalho (espaço físico, equipamentos e jornada de trabalho).				
13. Condições de funcionamento e prestação de serviços do Núcleo de Treinamento dos Servidores.				

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

14. Existência de mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação das portarias, resoluções e decisões burocrático-administrativas dos órgãos suplementares e superiores da Universidade.				
15. Comunicação, como Intranet e Internet, mecanismos para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas da Instituição e colaborem com a tomada de decisões.				
16. Integração, relacionamento e comunicação entre os corpos docente, discente e técnico-administrativos.				

INFRA-ESTRUTURA

17. A infra-estrutura física em geral (sala de aula, laboratório, bibliotecas, sala de professores entre outros).				
18. O nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas, espaços experimentais.				
19. A manutenção das dependências, equipamentos e mobiliários.				
20. Instalações adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas.				
21. Ambientes de convívio e lazer para o pessoal docente e técnico-administrativo.				
22. Condição adequada de segurança nos campi (patrimonial e pessoal).				
23. Apoio logístico para as atividades acadêmicas.				
24. Condições de funcionamento e prestação de serviços do restaurante universitário.				
25. Quanto aos serviços essenciais de vivência (banco, farmácia, restaurante, entre outros).				

As questões de 26 a 32 são **apenas** para todos os DOCENTES:

	1	2	3	4
26. Quanto às políticas de avaliação do corpo docente.				
27. Quanto aos recursos didático-pedagógicos.				
28. Quanto ao acervo bibliográfico atualizado e disponível que atenda às demandas.				
29. Coerência entre os recursos pedagógicos disponíveis e a prática docente.				
30. Apoio ao desenvolvimento de grupos de pesquisa com verba de agências de fomento.				
31. A divulgação da produção intelectual, artístico e cultural dos docentes.				
32. Participação na elaboração e revisão dos currículos e programas.				